

LUIZ GUILHERME **MARINONI**

SÉRGIO CRUZ **ARENHART**

DANIEL **MITIDIERO**

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

COMENTADO

6ª edição
revista, atualizada
e ampliada



1821 858-85-2062-5483

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS**

SUMÁRIO

Sobre os Autores	5
Apresentação	7
Nota à Sexta Edição	9
Nota à Quinta Edição	11
Nota à Quarta Edição	13
Nota à Terceira Edição	15
Nota à Segunda Edição	17

Lei 13.105, de 16 de março de 2015

Institui o Código de Processo Civil

1. Código de 1973	157
2. Reformas	157
3. Código de 2015	157
4. Das Fontes às Normas	158
5. Das Normas ao Sistema	158
6. O Processo Civil como Meio Para Tutela dos Direitos	158

PARTE GERAL

1. Parte Geral e Parte Especial	159
---------------------------------------	-----

LIVRO I

DAS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS

1. Direito e Processo	161
2. Normas Heterotópicas	161

TÍTULO ÚNICO

DAS NORMAS FUNDAMENTAIS E DA APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS

1. Interpretação	162
2. Aplicação	162

Capítulo I

DAS NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

1. Normas Fundamentais	162
2. Compromissos Fundamentais	162
3. Reprodução e Densificação	163
Art. 1.º	163
1. Ordenado, Disciplinado e Interpretado	163
2. Da Constituição ao Código	163

3. Direito ao Processo Justo.....	163
4. Conteúdo do Direito ao Processo Justo	164
5. Eficácia do Direito ao Processo Justo.....	165
Art. 2.º	165
1. <i>Nemo Iudex Sine Actore. Ne Procedat Iudex Ex Officio</i>	165
2. Impulso Oficial	166
Art. 3.º	166
1. Direito à Tutela Adequada e Efetiva	166
2. Direito à Tutela Adequada	167
3. Direito à Tutela Efetiva	167
4. Justiça Multiportas (<i>Multi-door Dispute Resolution</i>)	168
5. Arbitragem	168
6. Solução Consensual	169
Art. 4.º	169
1. Direito à Tutela Tempestiva.....	169
2. Tutela Tempestiva	170
3. Tempo Justo	170
4. Direito à Reparação.....	171
5. Economia Processual	171
Art. 5.º	171
1. Boa-fé.....	171
2. Boa-fé Objetiva.....	172
3. Ausência de Boa-fé	172
4. Qualquer Forma.....	172
Art. 6.º	172
1. Colaboração	172
2. Como Modelo. Comunidade de Trabalho	173
3. Pressupostos Culturais do Modelo	173
4. Como Princípio	174
5. Deveres Cooperativos	175
6. Comunidade Argumentativa de Trabalho	176
7. Precedente STJ	176
Art. 7.º	179
1. Direito à Igualdade no Processo Civil.....	179
2. Igualdade Perante a Legislação.....	179
3. Igualdade na Legislação	180
4. Igualdade no Processo e Igualdade pelo Processo	180
5. Paridade de Tratamento e Efetivo Contraditório.....	180
Art. 8.º	181
1. Ordenamento Jurídico	181
2. Fins Sociais e Bem Comum	181

3. Dignidade da Pessoa Humana.....	181
4. Legalidade	182
5. Proporcionalidade e Razoabilidade	182
6. Razoabilidade e Equidade	182
7. Publicidade	183
8. Eficiência	183
Art. 9.º	183
1. Contraditório.....	183
2. Bilateralidade da Instância	183
3. Direito de Influência	184
4. Prévio, Diferido ou Eventual	184
5. Prévio.....	185
6. Exceções	185
Art. 10	185
1. Vedação à Decisão-surpresa	185
2. <i>Iura Novit Curia</i>	185
3. <i>Da Mihi Factum, Dado Tibi Ius</i>	186
4. Precedente do STJ.....	186
Art. 11	189
1. Fundamentação.....	189
2. Publicidade	189
3. Administração Democrática da Justiça Civil.....	189
Art. 12	189
1. Ordem Preferencialmente Cronológica.....	190
2. Listas	190
3. Fora da Ordem.....	190
4. Exceções	191
5. Primeiro Lugar na Lista	191

Capítulo II

DA APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS

Art. 13	191
1. Normas Brasileiras	191
Art. 14	192
1. Direito Intertemporal.....	192
2. Efeito Imediato e Efeito Retroativo	192
3. Isolamento dos Atos Processuais	192
4. Enunciados Administrativos do STJ sobre Direito Intertemporal	193
Art. 15	193
1. Supletiva e Subsidiariamente.....	193

LIVRO II
DA FUNÇÃO JURISDICIONAL
TÍTULO I
DA JURISDIÇÃO E DA AÇÃO

Art. 16	196
1. Jurisdição	196
2. Jurisdição Civil	196
3. Unidade da Jurisdição	196
4. Jurisdição Contenciosa e Jurisdição Voluntária	196
5. Jurisdição e Território Nacional	196
6. Jurisdição, Tutela Jurisdicional e Tutela Jurisdicional dos Direitos	197
7. Equivalentes Jurisdicionais	197
8. Jurisdição e Arbitragem	197
Art. 17	198
1. Ação como Direito à Tutela Jurisdicional Adequada, Efetiva e Tempestiva Mediante Processo Justo	198
2. Interesse e Legitimidade	198
3. Aferição da Existência de Interesse e de Legitimidade	198
Art. 18	199
1. Substituição Processual	199
2. Excepcionalidade	199
3. Poderes	199
4. Assistente Litisconsorcial	199
5. Coisa Julgada	199
6. Substituição Processual, Cooperativa e Ato Cooperativo	200
Art. 19	200
1. Ação Declaratória	200
2. Interesse do Autor	200
3. Existência, Inexistência ou Modo de Ser de Relação Jurídica	200
4. Autenticidade ou Falsidade de Documento	201
5. Ação Declaratória e Título Executivo	201
6. Demais Ações Declaratórias	201
Art. 20	201
1. Ação Declaratória e Violação do Direito	201

TÍTULO II
DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL
E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Capítulo I
DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL

1. Jurisdição e Competência	202
2. Limites da Jurisdição Nacional	202

3. Competência Internacional Concorrente e Competência Internacional Exclusiva.....	202
Art. 21	202
1. Competência Internacional Concorrente	202
Art. 22	203
1. Alimentos Internacionais	203
2. Relações de Consumo Internacionais	203
3. Cláusula de Eleição de Foro Internacional.....	204
Art. 23	204
1. Competência Internacional Exclusiva	204
2. Não Homologação de Sentença Estrangeira.....	204
3. Cláusula de Eleição de Foro Internacional.....	204
Art. 24	205
1. Ineficácia da Litispendência Estrangeira	205
2. Ineficácia da Coisa Julgada Estrangeira	205
3. Pendência de Processo no Brasil	205
Art. 25	205
1. Cláusula de Eleição de Foro Internacional.....	206
2. Requisitos da Cláusula Perante o Direito Brasileiro.....	206
3. Abusividade da Cláusula de Eleição de Foro Internacional	206
4. <i>Forum Shopping</i>	206
5. Mercosul.....	206

Capítulo II DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Seção I Disposições Gerais

Art. 26	206
1. Cooperação Internacional e Tratados	207
2. Autoridade Central	207
Art. 27	207
1. Objeto da Cooperação Internacional.....	207

Seção II Do Auxílio Direto

Art. 28	207
1. Auxílio Direto	207
2. Auxílio Direto Ativo	208
3. Auxílio Direto Passivo.....	208

4. Desnecessidade de Deliberação	208
Art. 29	208
1. Autoridade Central	208
Art. 30	208
1. Matéria de Auxílio Direto	208
Art. 31	208
1. Dispensa de Intermediação Diplomática.....	209
Art. 32	209
1. Atos Não Jurisdicionais	209
Art. 33	209
1. Intervenção do Órgão de Atuação Jurídica	209
Art. 34	209
1. Auxílio Direto de Conteúdo Jurisdicional	209

Seção III

Da Carta Rogatória

Art. 35	209
Art. 36	209
1. Carta Rogatória	210
2. Decisões Finais	210
3. <i>Exequatur</i>	210
4. Pedidos de Urgência	210

Seção IV

Disposições Comuns às Seções Anteriores

Art. 37	210
1. Tramitação	210
Art. 38	210
1. Formalização.....	211
Art. 39	211
1. Recusa.....	211
Art. 40	211
1. Procedimento para Homologação de Sentença Estrangeira e para <i>Exequatur</i> a Carta Rogatória.....	211
Art. 41	211
1. Autenticação de Documentos	211
2. Reciprocidade	211

TÍTULO III DA COMPETÊNCIA INTERNA

Capítulo I DA COMPETÊNCIA

Seção I Disposições Gerais

1. Critérios para Definição de Competência.....	212
2. Competência Absoluta e Competência Relativa.....	212
Art. 42	212
1. Causas Cíveis	212
2. Juízo Arbitral	212
Art. 43	213
1. Perpetuação da Competência	213
2. Incompetência Superveniente	213
Art. 44	214
1. Fontes para Determinação de Competência	214
2. Competência em Razão do Valor.....	214
3. Competência em Razão da Matéria.....	214
4. Competência em Razão da Pessoa.....	214
5. Critério Funcional para Determinação de Competência.....	215
Art. 45	215
1. Competência da Justiça Estadual em Razão da Matéria.....	215
2. Jurisdição Voluntária	216
3. Remessa dos Autos Entre Justiça Estadual e Federal	216
4. Pendência de Pedido da Competência da Justiça Estadual e Intervenção de Entidade Sujeita à Competência Federal	216
5. Intervenção da União Depois da Apelação	216
6. Anulação de Multa Eleitoral	216
7. Acidente de Trabalho	216
8. Greve e Ação Possessória	217
9. Descumprimento de Normas Trabalhistas.....	217
10. Juízo da Recuperação Judicial e Construção de Bens	217
11. Intervenção Anômala	217
Art. 46	217
1. Critério Territorial para Determinação de Competência	217
2. <i>Auctor Sequitur Forum Rei</i>	218
3. Execução Fiscal.....	218
Art. 47	218
1. <i>Forum Rei Sitae</i>	218

Art. 48	219
1. Foro do Autor da Herança.....	219
2. Foros Subsidiários	219
Art. 49	219
1. Foro do Ausente.....	219
Art. 50	220
1. Foro do Incapaz.....	220
Art. 51	220
1. Foro da União	220
2. Usucapião	220
3. Justificação Judicial	220
4. Sociedades de Economia Mista Federal.....	220
5. FGTS	220
6. Reintegração de Servidor Federal.....	221
7. Fundação Habitacional do Exército.....	221
8. RFFSA	221
9. Retificação de Dados Cadastrais da Justiça Eleitoral	221
10. Seguro Marítimo.....	221
11. COBAL e CIBRAZEM.....	221
12. Concessionária de Telefonia e Relação de Consumo.....	221
13. Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social.....	221
14. Natureza Constitucional	221
Art. 52	221
1. Foro dos Estados e do Distrito Federal	221
Art. 53	222
1. Foro do Divórcio, Separação, Anulação de Casamento e Reconhecimento ou Dissolução de União Estável	222
2. Foro do Alimentando	222
3. Foro do Lugar	223
4. Foro do Lugar do Ato ou Fato	223
5. Foro do Domicílio do Autor ou do Lugar do Fato	223

Seção II

Da Modificação da Competência

1. Modificações da Competência	223
Art. 54	224
1. Competências Modificáveis pela Conexão	224
Art. 55	224
1. Conexão.....	224
2. Classificação da Conexão	224

3. Faculdade Judicial	225
4. Julgamento de Uma das Ações Conexas	225
5. Reunião de Processo de Execução e Processo de Conhecimento.....	225
Art. 56	225
1. Continência	225
Art. 57	225
1. Reunião das Causas	225
2. Obrigatoriedade.....	225
Art. 58	225
1. Prevenção.....	226
2. Prevenção e Produção Antecipada de Prova	226
Art. 59	226
1. Momento da Prevenção	226
2. Prevenção e Juízo Incompetente.....	226
Art. 60	226
1. Imóvel Situado em Mais de Um Estado, Comarca ou Subseção Judiciária	226
Art. 61	226
1. Competência e Conexão Qualificada por Acessoriedade	226
2. Competência e Conexão Qualificada por Reconvenção, Prejudicialidade, Garantia e Compensação.....	227
Art. 62	227
1. Competências Não Modificáveis pela Vontade das Partes	227
Art. 63	227
1. <i>Forum Electionis e Forum Contractus</i>	227
2. Forma do Foro de Eleição.....	227
3. Transmissibilidade do Foro de Eleição	228
4. Nulidade da Cláusula de Eleição de Foro.....	228

Seção III

Da Incompetência

Art. 64	228
1. Incompetência Relativa.....	228
2. Incompetência Absoluta	228
3. Procedimento.....	229
4. Recurso	229
5. Decisões do Juízo Incompetente	229
Art. 65	229
1. Prorrogação de Competência	229
2. Legitimidade para Arguir a Incompetência	230

Art. 66	230
1. Conflito de Competência	230
2. Objeto do Conflito de Competência	231

Capítulo II DA COOPERAÇÃO NACIONAL

Art. 67	231
1. Dever de Cooperação	231
2. Cooperação e Arbitragem	231
Art. 68	231
1. Cooperação e Atos Processuais.....	231
Art. 69	231
1. Cooperação e Forma	232
2. Cooperação Judicial e Solicitação de Tribunal Arbitral.....	232
3. Atos Concertados	232

LIVRO III DOS SUJEITOS DO PROCESSO TÍTULO I DAS PARTES E DOS PROCURADORES

1. Conceito de Parte.....	234
2. Conceito de Procurador	234

Capítulo I DA CAPACIDADE PROCESSUAL

1. Capacidade Processual	234
2. Requisito para Concessão da Tutela Jurisdicional do Direito	234
Art. 70	235
1. Capacidade para Estar em Juízo	235
Art. 71	235
1. Representação e Assistência dos Incapazes	236
2. Pessoa com Deficiência e Acesso à Justiça.....	236
3. Poder Familiar.....	236
4. Tutores.....	236
5. Curadores	236
6. Tomada de Decisão Processual Apoiada	236
7. Intervenção do Ministério Público	236
Art. 72	237
1. Curador Especial.....	237
2. Curador Especial e Incapazes	237

3. Curador Especial, Prisão e Revelia.....	237
4. Poderes do Curador Especial.....	237
5. Curador Especial e Defensoria Pública	238
6. Curador Especial e Ministério Público.....	238
Art. 73	238
1. Capacidade para Estar em Juízo Ativamente dos Cônjuges ou Conviventes	238
2. Capacidade para Estar em Juízo Passivamente dos Cônjuges ou Conviventes.....	239
3. Capacidade para Estar em Juízo dos Cônjuges ou Conviventes e Ações Possessórias	239
4. Ausência do Consentimento do Cônjuge ou Convivente	239
5. Preterição da Formação Litisconsorcial Necessária.....	240
Art. 74	240
1. Suprimento Judicial do Assentimento do Cônjuge	240
2. Recusa do Suprimento Judicial.....	240
Art. 75	240
1. Apresentação e Representação	241
2. Apresentação das Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno	241
3. Apresentação das Pessoas Jurídicas de Direito Privado.....	242
4. Representação dos Entes Despersonalizados.....	242
Art. 76	243
1. Incapacidade Processual e Dever de Dialogar	243
2. Consequências da Não Sanação do Defeito	243
3. Consequências da Não Sanação do Defeito em Grau Recursal	244

Capítulo II

DOS DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES

1. Deveres de Todos os Participantes do Processo.....	244
---	-----

Seção I

Dos Deveres

Art. 77	244
1. Probidade Processual.....	245
2. Dever de Veracidade.....	246
3. Dever de Lealdade e de Boa-fé	246
4. Dever de Não Formular Alegações Ciente de que Destituídas de Fundamentação.....	246
5. Dever de Não Produzir Provas ou Praticar Atos Inúteis ou Desnecessários à Declaração ou Defesa do Direito	246
6. Dever de Exato Cumprimento das Decisões Judiciais.....	247
7. Dever de Apresentação e Atualização de Endereço.....	247
8. Dever de Não Praticar Inovação Ilegal.....	247
9. Violação aos Deveres.....	247

10. Atos Atentatórios ao Exercício da Jurisdição	247
11. Ato Atentatório e Dever de Cumprimento das Decisões Judiciais	248
12. Sanções do Atentado	248
Art. 78	249
1. Expressões Ofensivas	249
2. Sanções Criminais	249
3. Sanções Cíveis para o Advogado	249

Seção II

Da Responsabilidade das Partes por Dano Processual

Art. 79	250
1. Responsabilidade por Dano Processual	250
Art. 80	250
1. Rol Exemplificativo	250
2. Alegações Desprovidas de Fundamentação	250
3. Alteração da Verdade dos Fatos	251
4. Uso do Processo para Consecução de Objetivo Ilegal	251
5. Resistência Injustificada ao Andamento do Processo	251
6. Condução Temerária da Causa	251
7. Incidentes Manifestamente Infundados	251
8. Interposição de Recurso com Intuito Manifestamente Protelatório	251
9. Litigância de Má-fé e Benefício da Gratuidade Judiciária	252
Art. 81	252
1. Consequências da Má-fé no Processo	252
2. Pluralidade de Litigantes de Má-fé	252
3. Valor da Indenização	252

Seção III

Das Despesas, dos Honorários Advocatícios e das Multas

Art. 82	253
1. Ônus de Antecipação de Despesas Judiciais	253
2. Despesas Processuais	253
3. Justiça Gratuita	253
4. Antecipação de Tutela e Despesas Processuais	253
5. Condenação nas Despesas Processuais	254
6. Princípio da Causalidade	255
7. Ministério Público e Despesas Processuais	255
Art. 83	255
1. <i>Cautio Pro Expensis</i>	255
2. Constitucionalidade	256

3. Demandante	256
4. Qualquer Espécie de Ação	256
5. Momento	256
6. Benefício da Gratuidade	256
7. Dispensa de Caução às Despesas	257
8. Reforço de Caução	257
9. Caução Espontânea e Caução Forçada	257
10. Caução Real e Caução Fidejussória	257
Art. 84	257
1. Despesas Processuais	257
Art. 85	257
1. Honorários Advocatícios	259
2. Fixação da Verba Honorária	259
3. Honorários e Fazenda Pública	260
4. Honorários a Favor dos Advogados Públicos. Constitucionalidade	260
5. Honorários, Cumprimento de Sentença e Execução	261
6. Apreciação Equitativa do Juiz	262
7. Honorários e Embargos de Terceiros	262
8. Honorários Recursais	262
9. Honorários e Cessão de Crédito	263
10. Honorários e Astreintes	263
11. Honorários, Ação Rescisória e Repetibilidade	263
Art. 86	263
1. Sucumbência Parcial	263
2. Sucumbência Mínima	264
Art. 87	264
1. Pluralidade de Partes e Despesas Processuais	264
2. Pluralidade de Partes e Sucumbência Parcial	264
Art. 88	264
1. Jurisdição Voluntária e Despesas Processuais	264
Art. 89	264
1. Juízos Divisórios Voluntários e Despesas Processuais	264
Art. 90	265
1. Desistência, Renúncia, Reconhecimento e Despesas Processuais	265
2. Transação e Despesas Processuais	265
Art. 91	266
1. Ministério Público e Despesas Processuais	266
2. Fazenda Pública e Despesas Processuais	266
Art. 92	266
1. Abandono de Causa e Despesas Processuais	266

Art. 93	267
1. Atos Adiados ou Repetidos e Despesas Processuais	267
2. Justo Motivo	267
Art. 94	267
1. Assistência e Despesas Processuais	267
Art. 95	267
1. Adiantamento de Honorários de Perito e de Assistentes Técnicos	268
2. Honorários Periciais e Ministério Público	268
3. Honorários Periciais e Gratuidade da Justiça	268
Art. 96	268
1. Sanções à Má-fé e Beneficiários	268
Art. 97	269
1. Fundos de Modernização do Poder Judiciário	269

Seção IV

Da Gratuidade da Justiça

1. Assistência Judiciária Gratuita	269
Art. 98	269
1. Requisitos da Gratuidade da Justiça	270
2. Pessoa Jurídica e Assistência Judiciária Gratuita	270
3. Instituição Financeira e Gratuidade de Justiça	270
4. Modulação da Gratuidade da Justiça	270
5. Custeio de Prova Pericial e Gratuidade da Justiça	270
Art. 99	271
1. Assistência Judiciária Gratuita e Simples Afirmação de Pessoa Natural	271
2. Pessoa Jurídica e Gratuidade de Justiça	271
3. Duração do Benefício	271
4. Irretroatividade do Benefício	272
5. Concessão Tácita	272
6. Pessoalidade do Benefício	272
7. Recurso no Interesse Exclusivo do Advogado e Gratuidade	272
Art. 100	272
1. Impugnação ao Benefício	272
Art. 101	272
1. Gratuidade da Justiça e Recurso	273
2. Suspensividade do Recurso	273
Art. 102	273
1. Revogação da Gratuidade e Prazo para o Recolhimento das Despesas	273

Capítulo III DOS PROCURADORES

Art. 103	273
1. Representação da Parte em Juízo	274
2. Advocacia em Causa Própria	274
Art. 104	274
1. Capacidade Postulatória e Procuração	274
2. Postulação sem Procuração.....	274
Art. 105	274
1. Procuração e Poderes.....	275
2. Procuração e Assinatura Digital	275
3. Requisitos da Procuração	275
Art. 106	275
1. Ônus do Advogado	276
2. Endereço a Ser Indicado	276
Art. 107	276
1. Direitos do Advogado	276

Capítulo IV DA SUCESSÃO DAS PARTES E DOS PROCURADORES

1. Sucessão Processual.....	277
Art. 108	277
1. Estabilidade Subjetiva do Processo.....	277
Art. 109	277
1. Alienação da Coisa Litigiosa	277
2. Legitimidade para Causa.....	278
3. Eficácia da Sentença.....	278
Art. 110	278
1. Sucessão Processual Necessária	278
2. Morte da Parte e Direitos Personalíssimos.....	279
Art. 111	279
1. Sucessão de Patronos.....	279
Art. 112	279
1. Denúncia do Mandato	279

TÍTULO II DO LITISCONSÓRCIO

1. Litisconsórcio	280
2. Classificação do Litisconsórcio.....	280

Art. 113	280
1. Fontes do Litisconsórcio	280
2. Litisconsórcio Facultativo	281
3. Litisconsórcio Facultativo Multitudinário	281
Art. 114	282
1. Litisconsórcio Necessário	282
2. Litisconsórcio Facultativo Unitário	282
Art. 115	283
1. Consequências da Não Formação de Litisconsórcio Necessário	283
2. Litisconsórcio Necessário e Ação Rescisória	283
Art. 116	283
1. Litisconsórcio Unitário	284
2. Litisconsórcio Unitário e Recurso Interposto por Um Litisconsorte	284
Art. 117	284
1. Regimes do Litisconsórcio	284
2. Regime Comum	284
3. Regime Especial	284
Art. 118	285
1. Condução do Processo	285

TÍTULO III DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

1. Partes e Terceiros	286
2. Intervenção de Terceiros	286
3. Intervenção Voluntária e Intervenção Forçada	286

Capítulo I DA ASSISTÊNCIA

1. Assistência	286
----------------------	-----

Seção I Disposições Comuns

Art. 119	286
1. Requisitos	286
2. Estado do Processo	287
Art. 120	287
1. Admissão do Assistente Simples	287

Seção II

Da Assistência Simples

Art. 121	288
1. Assistência Simples	288
2. Poderes e Ônus do Assistente Simples	288
3. Revelia do Assistido	289
Art. 122	289
1. Subordinação do Assistente Simples	289
Art. 123	289
1. Eficácia da Assistência Simples	289
2. <i>Exceptio Male Gesti Processus</i>	290

Seção III

Da Assistência Litisconsorcial

Art. 124	290
1. Assistência “Litisconsorcial”	290

Capítulo II

DA DENUNCIAÇÃO DA LIDE

Art. 125	290
1. Denúnciação da Lide	291
2. Obrigatoriedade da Denúnciação	291
3. Litisdenúnciação pelo Demandante e pelo Demandado	291
4. Hipóteses de Denúnciação	291
5. Cabimento da Denúnciação	291
6. Litisdenúnciação Sucessiva	292
7. Denúnciação da Lide <i>Per Saltum</i>	292
Art. 126	292
1. Momento Oportuno para Denúnciação	292
2. Controle de Ofício	292
3. Prazo para a Convocação do Denunciado	293
Art. 127	293
1. Denúnciação pelo Demandante e Comparecimento do Denunciado	293
Art. 128	293
1. Denúnciação pelo Demandado e Comparecimento do Denunciado	294
2. Condenação do Denunciado	294
Art. 129	294
1. Decisão Simultânea	294
2. Despesas Processuais	294

Capítulo III DO CHAMAMENTO AO PROCESSO

Art. 130	295
1. Chamamento ao Processo	295
2. Hipóteses	295
3. Cabimento	295
Art. 131	296
1. Momento Oportuno para o Chamamento	296
2. Controle de Ofício	296
3. Citação do Chamado	296
Art. 132	296
1. Eficácia da Decisão	296

Capítulo IV DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Art. 133	297
1. Autonomia da Pessoa Jurídica	297
2. Desconsideração da Personalidade Jurídica	297
3. Desconsideração Inversa	297
4. Pressupostos. Direito Civil. O Código Civil	297
5. Pressupostos. Direito do Consumidor	298
6. Pressupostos. Direito Econômico.	298
7. Pressupostos. Direito do Trabalho	298
8. Pressupostos. Direito Tributário	298
9. Desconsideração como “Regra de Exceção”	299
10. Requerimento da Parte ou do Ministério Público e Atuação de Ofício	299
Art. 134	299
1. Cabimento do Incidente	299
2. Desconsideração Requerida na Petição Inicial	299
3. Desconsideração Requerida em Outro Momento	300
Art. 135	300
1. Contraditório	300
Art. 136	300
1. Decisão e Recurso	300
Art. 137	300
1. Fraude de Execução	300

Capítulo V DO AMICUS CURIAE

Art. 138	301
1. <i>Amicus Curiae</i>	301

2. Representatividade Adequada	301
3. Intervenção de Terceiros e <i>Amicus Curiae</i>	301
4. Extensão dos Poderes do <i>Amicus Curiae</i>	302

TÍTULO IV DO JUIZ E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

Capítulo I DOS PODERES, DOS DEVERES E DA RESPONSABILIDADE DO JUIZ

Art. 139	303
1. Direção do Processo	303
2. Deveres na Direção do Processo	304
3. Técnica Executiva Atípica	304
4. STJ	304
5. Flexibilização Procedimental	304
6. Colheita do Interrogatório Livre	305
7. Dever de Saneamento	305
8. Outros Deveres na Direção do Processo	305
Art. 140	305
1. Dever de Decidir	306
2. Julgamento da Lide	306
3. Equidade	306
Art. 141	306
1. Princípio da Demanda	306
2. Mérito Processual	307
3. Questões Conhecíveis de Ofício	307
4. Quebra da Congruência Entre Pedido e Tutela Jurisdicional	307
Art. 142	307
1. Uso Ilegal do Processo	307
2. Circunstâncias da Causa	307
3. Extinção do Processo sem Resolução de Mérito	307
Art. 143	308
1. Responsabilidade Civil do Juiz	308
2. Notificação ao Juiz	308

Capítulo II DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO

1. Imparcialidade	308
Art. 144	308
1. Impedimentos	309
2. Hipóteses	309
3. Alegação de Impedimento	310

Art. 145	310
1. Suspeições	310
2. Hipóteses	311
3. Alegação de Suspeição	311
4. Suspeição por Motivo Superveniente	311
Art. 146	312
1. Alegação de Impedimento	312
2. Alegação de Suspeição	312
3. Legitimidade	313
4. Prazo	313
5. Qualquer Tempo e Grau de Jurisdição	313
6. Juiz do Processo	313
7. Suspensão	313
Art. 147	314
1. Impedimento no Tribunal	314
Art. 148	314
1. Extensão de Impedimentos e Suspeições	314
2. Perito e Intérprete	314
3. Procedimento	315
4. Procedimento nos Tribunais	315
5. Impedimento e Suspeição da Testemunha	315

Capítulo III DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

Art. 149	315
1. Auxiliares do Juízo	315

Seção I Do Escrivão, do Chefe de Secretaria e do Oficial de Justiça

Art. 150	315
1. Ofícios da Justiça	316
Art. 151	316
1. Número de Oficiais de Justiça	316
Art. 152	316
1. Atribuições do Escrivão de Justiça	316
2. Impedimento do Escrivão e Substituição para o Ato	317
Art. 153	317
1. Ordem Preferencialmente Cronológica de Publicação e Efetivação de Atos Judiciais	317
Art. 154	317
1. Atribuições do Oficial de Justiça	318
Art. 155	318
1. Responsabilidade Civil do Escrivão e do Oficial	318

Seção II Do Perito

Art. 156	318
1. Perito	319
2. Escolha do Perito	319
3. Escolha do Especialista	319
Art. 157	319
1. Dever e Escusa do Perito	320
2. Apresentação da Escusa	320
3. Lista de Peritos.....	320
4. Dever e Escusa do Especialista	320
Art. 158	320
1. Responsabilidade do Perito	320

Seção III Do Depositário e do Administrador

Art. 159	321
1. Depositário e Administrador.....	321
Art. 160	321
1. Remuneração	321
2. Preposto	321
Art. 161	321
1. Responsabilidade Civil do Depositário e do Administrador	322

Seção IV Do Intérprete e do Tradutor

Art. 162	322
1. Intérprete e Tradutor	322
2. Atribuições.....	322
Art. 163	322
1. Nomeação de Intérprete e de Tradutor	323
Art. 164	323
1. Dever e Escusa	323
2. Responsabilidade do Intérprete e do Tradutor	323

Seção V Dos Conciliadores e Mediadores Judiciais

Art. 165	323
1. Conciliação	324
2. Mediação	324
3. Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos	324

Art. 166	324
1. Princípios da Conciliação e da Mediação.....	324
2. Procedimento.....	325
Art. 167	325
1. Quadro de Conciliadores e Mediadores.....	326
2. Capacitação e Reciclagem	326
Art. 168	326
1. Escolha do Conciliador ou do Mediador	326
Art. 169	326
1. Remuneração	327
2. Trabalho Voluntário	327
Art. 170	327
1. Impedimento e Suspeição do Conciliador e do Mediador.....	327
2. Arguição de Impedimento e Suspeição.....	327
Art. 171	327
1. Impossibilidade Temporária.....	327
Art. 172	327
1. Vedação de Atuação Parcial.....	327
Art. 173	328
1. Exclusão do Cadastro	328
Art. 174	328
1. Mediação e Conciliação Públicas	328
Art. 175	328
1. Outras Formas de Autocomposição	329
2. Câmaras Privadas de Conciliação e Mediação	329

TÍTULO V DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 176	330
1. Papel Constitucional do Ministério Público.....	330
2. Ministério Público e Ações Individuais	330
3. Ministério Público Federal e Ministérios Públicos Estaduais	330
Art. 177	331
1. Ministério Público como Parte.....	331
2. Prerrogativas do Ministério Público	331
3. Litisconsórcio Entre Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual.....	331
Art. 178	331
1. Ministério Público como <i>Custos Legis</i>	331
2. Ministério Público e Interesse Público Primário.....	331

Art. 179	332
1. Poderes do Ministério Público como <i>Custos Legis</i>	332
2. Intervenção Obrigatória do Ministério Público e Invalidez Processual.....	332
Art. 180	333
1. Prazo em Dobro	333
2. Interesse Público e Não Intervenção no Prazo Legal	333
Art. 181	333
1. Responsabilidade Civil do Ministério Público.....	333

TÍTULO VI DA ADVOCACIA PÚBLICA

Art. 182	334
1. Advocacia Pública	334
Art. 183	334
1. Prazo e Intimação Pessoal	334
Art. 184	334
1. Responsabilidade Civil do Advogado Público	334

TÍTULO VII DA DEFENSORIA PÚBLICA

Art. 185	335
1. Função Constitucional da Defensoria Pública	335
2. Defensoria Pública e Honorários Sucumbenciais	335
Art. 186	335
1. Prazo e Intimação Pessoal	335
Art. 187	336
1. Responsabilidade Civil do Defensor Público.....	336

LIVRO IV DOS ATOS PROCESSUAIS

1. Atos Processuais.....	337
--------------------------	-----

TÍTULO I DA FORMA, DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS

1. Forma	338
2. Tempo.....	338
3. Lugar	338

Capítulo I DA FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS

Seção I Dos Atos em Geral

Art. 188	338
1. Instrumentalidade das Formas	338
2. <i>Fac-símile</i>	339
Art. 189	339
1. Publicidade	339
2. Segredo de Justiça	339
Art. 190	340
1. Acordos Processuais	340
2. Objeto.....	340
3. Controle.....	341
Art. 191	341
1. Calendário Processual	341
2. Violação	341
3. Modificação	342
Art. 192	342
1. Língua Portuguesa	342
2. Documento Redigido em Língua Estrangeira.....	342
3. Tradutor Juramentado.....	342

Seção II Da Prática Eletrônica de Atos Processuais

Art. 193	343
1. Prática Eletrônica.....	343
2. Processo Eletrônico.....	343
Art. 194	343
1. Processo Justo	343
Art. 195	343
1. Registro.....	343
Art. 196	344
1. Poder Regulamentar.....	344
Art. 197	344
1. Presunção de Veracidade e Proteção da Confiança.....	344
2. Justa Causa.....	344
Art. 198	344
1. Infraestrutura	344

Art. 199	345
1. Acessibilidade	345

Seção III

Dos Atos das Partes

Art. 200	345
1. Eficácia Imediata dos Atos Processuais	345
Art. 201	345
1. Recibo.....	345
Art. 202	345
1. Cotas Marginais ou Interlineares	346

Seção IV

Dos Pronunciamentos do Juiz

Art. 203	346
1. Pronunciamentos do Juiz.....	346
2. Sentenças	346
3. Decisões Interlocutórias	346
4. Despachos.....	347
Art. 204	347
1. Acórdãos	347
2. Decisões Monocráticas	347
Art. 205	347
1. Autenticidade.....	347
2. Assinatura Eletrônica.....	348
3. Publicação.....	348

Seção V

Dos Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria

Art. 206	348
1. Recebimento da Inicial.....	348
2. Autos Adicionais e Sobreautuação	348
Art. 207	348
1. Numeração e Rubrica.....	348
2. Faculdade.....	349
Art. 208	349
1. Forma Simplificada.....	349
2. Responsabilidade do Serventuário.....	349

Art. 209	349
1. Autenticidade.....	349
2. Forma Digital	349
Art. 210	350
1. Taquigrafia, Estenotipia e Outros.....	350
Art. 211	350
1. Espaços em Branco, Entrelinhas, Emendas e Rasuras.....	350

Capítulo II

DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS

Seção I

Do Tempo

Art. 212	350
1. Tempo.....	351
2. Conclusão	351
3. Citações, Intimações e Penhoras.....	351
4. Horário Forense e Horário Bancário	351
Art. 213	351
1. Horário Eletrônico.....	351
Art. 214	352
1. Férias Forenses e Feriados	352
2. Atos Processuais em Feriados	352
Art. 215	352
1. Tramitação Ininterrupta.....	352
Art. 216	352
1. Dias Feriados	352

Seção II

Do Lugar

Art. 217	353
1. Lugar	353

Capítulo III

DOS PRAZOS

Seção I

Disposições Gerais

1. Prazos	353
2. Classificação	354

3. Alterabilidade	354
4. Fluência e Contagem	354
Art. 218	354
1. Prazos Legais e Prazos Judiciais	354
2. Espera	354
3. Dupla Omissão	354
4. Tempestividade	354
Art. 219	355
1. Contagem Dias Úteis	355
2. Suspensão e Interrupção	355
Art. 220	355
1. Recesso Forense	355
Art. 221	355
1. Obstáculo	355
2. Suspensão do Processo	356
3. Autocomposição	356
4. Restituição	356
Art. 222	356
1. Prorrogação	356
2. Redução	356
Art. 223	356
1. Prazos Próprios e Prazos Impróprios	357
2. Preclusão	357
3. Direito de Praticar ou Emendar	357
4. Justa Causa	357
5. Procedimento	358
Art. 224	358
1. Contagem	358
2. Métodos	358
Art. 225	358
1. Renúncia	359
Art. 226	359
1. Prazos para o Juiz	359
Art. 227	359
1. Prazos Impróprios e Inexistência de Preclusão Temporal	359
2. Motivo Justificado	359
Art. 228	359
1. Prazos para o Servidor	360
Art. 229	360
1. Litisconsórcio	360

2. Processo Eletrônico.....	360
Art. 230	360
1. Fluência do Prazo.....	360
Art. 231	360
1. Fluência de Prazo.....	361
2. Correio.....	361
3. Oficial de Justiça	361
4. Escrivão ou Chefe de Secretaria	361
5. Edital	361
6. Eletrônica	361
7. Carta.....	362
8. Diário da Justiça Impresso ou Eletrônico.....	362
9. Carga	362
10. Pluralidade de Réus e Citação	362
11. Pluralidade de Partes e Intimação.....	362
12. Ato Pessoal da Parte	362
Art. 232	362
1. Imediatamente Informada	362

Seção II

Da Verificação dos Prazos e das Penalidades

Art. 233	362
1. Verificação dos Prazos	362
2. Processo Administrativo	363
Art. 234	363
1. Restituição dos Autos.....	363
Art. 235	363
1. Excesso de Prazo pelo Juiz.....	364

TÍTULO II

DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 236	365
1. Cumprimento dos Atos Processuais	365
2. Videoconferência	365
Art. 237	365
1. Expedição de Cartas.....	365
2. Carta de Ordem	366
3. Carta Rogatória	366
4. Carta Precatória	366

5. Carta Arbitral	366
6. Inexistência de Juízo Federal	366

Capítulo II DA CITAÇÃO

Art. 238	366
1. Citação	366
2. Audiência	367
3. Defesa	367
4. Atitudes	367
Art. 239	367
1. Validade do Processo	368
2. Inexistência	368
3. Invalidez	368
4. Rejeição	368
Art. 240	368
1. Efeitos	368
2. Litispendência	369
3. Litigiosidade da Coisa	369
4. Constituição em Mora	369
5. Interrupção da Prescrição	369
6. Dinâmica da Citação	370
7. Demais Prazos Extintivos	370
Art. 241	370
1. Comunicação	370
Art. 242	370
1. Pessoalidade e Pessoa Física	371
2. Pessoalidade e Pessoa Jurídica	371
3. Réu Ausente	371
4. Réu Locador Ausente	371
5. Fazenda Pública	371
Art. 243	372
1. Lugar da Citação	372
2. Citação do Militar	372
Art. 244	372
1. Vedação à Citação	372
Art. 245	372
1. Réu Mentalmente Incapaz ou Impossibilitado	373
2. Procedimento	373

Art. 246	373
1. Modalidades	373
2. Cadastro Eletrônico	374
3. Usucapião	374
Art. 247	374
1. Correio.....	374
2. Exceções	374
Art. 248	375
1. Procedimento.....	375
2. Recebimento.....	375
Art. 249	376
1. Oficial de Justiça	376
Art. 250	376
1. Mandado	376
Art. 251	377
1. Procedimento.....	377
Art. 252	377
1. Hora Certa.....	377
2. Procura do Citando	378
3. Suspeita de Ocultação	378
4. Pessoa Intimada	378
5. Dia Útil Imediato.....	378
Art. 253	378
1. Efetivação	379
2. Ultimação	379
3. Revelia	379
Art. 254	379
1. Comunicação	379
Art. 255	380
1. Contíguas.....	380
Art. 256	380
1. Edital	380
2. Desconhecido ou Incerto	380
3. Ignorado, Incerto ou Inacessível	380
4. Dever de Auxílio	381
5. Outros Casos	381
6. Divulgação.....	381
7. Revelia	381
Art. 257	381
1. Pressupostos.....	382

2. Requisitos	382
3. Procedimento.....	382
4. Prazo de Espera e Prazo de Resposta.....	382
Art. 258	382
1. Alegação Dolosa	382
Art. 259	383
1. Editais Necessários	383

Capítulo III DAS CARTAS

Art. 260	383
1. Requisitos Essenciais	383
2. Requisitos Eventuais.....	384
3. Carta Arbitral	384
Art. 261	384
1. Cumprimento	384
2. Diligência	384
Art. 262	385
1. Itinerante	385
Art. 263	385
1. Meio Eletrônico.....	385
2. Outros Meios.....	385
Art. 264	385
1. Resumo Substancial.....	385
Art. 265	385
1. Telefone	386
Art. 266	386
1. De Ofício	386
Art. 267	386
1. Recusa.....	386
2. Requisitos	387
3. Incompetência Absoluta	387
4. Autenticidade.....	387
5. Irresignação em Face do Ato Praticado.....	387
6. Decisão Fundamentada.....	387
Art. 268	387
1. Devolução	387

Capítulo IV DAS INTIMAÇÕES

Art. 269	388
1. Intimação	388
2. Modalidades	388
Art. 270	388
1. Meio Eletrônico	388
2. Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia Pública	389
Art. 271	389
1. De Ofício	389
Art. 272	389
1. Publicação	390
2. Indicação Específica	390
3. Carga dos Autos	390
4. Preposto	390
5. Invalidade ou Ineficácia	390
Art. 273	391
1. Escrivão ou Chefe de Secretaria	391
Art. 274	391
1. Correio, Cartório ou Secretaria	391
2. Endereço	391
Art. 275	391
1. Oficial de Justiça	392
2. Certidão	392
3. Hora Certa	392
4. Edital	392

TÍTULO III DAS NULIDADES

1. Forma e Invalidade	393
2. Invalidades Processuais	393
3. Teorias sobre Invalidades Processuais	393
4. Invalidades Processuais e Colaboração	393
Art. 276	394
1. Proibição do <i>Venire contra Factum Proprium</i>	394
Art. 277	394
1. Finalidade	394
Art. 278	394
1. Alegação	394

Art. 279	395
1. Ministério Público	395
2. Alcance	395
Art. 280	395
1. Citações e Intimações.....	395
Art. 281	396
1. Projeção	396
2. Decorrente	396
3. Parcial	396
4. Redução Eficacial.....	396
Art. 282	396
1. Extensão e Providências	396
2. <i>Pas de Nullité Sans Grief</i>	397
3. Mérito.....	397
Art. 283	397
1. Erro de Forma	397
2. Atos Necessários	397
3. Prejuízo à Ampla Defesa e ao Contraditório	397

TÍTULO IV DA DISTRIBUIÇÃO E DO REGISTRO

Art. 284	398
1. Registro.....	398
2. Distribuição	398
3. Critérios.....	398
Art. 285	398
1. Alternada	398
Art. 286	398
1. Dependência	399
2. Prevenção e Reiteração da Demanda	399
3. Anotação.....	399
Art. 287	399
1. Procuração	400
2. Dispensa	400
Art. 288	400
1. Distribuidor	400
2. Juiz.....	400
Art. 289	400
1. Fiscalização.....	400

Art. 290	401
1. Cancelamento	401

TÍTULO V DO VALOR DA CAUSA

1. Valor da Causa	402
2. Relevância	402
3. Fixação	402
4. Requerimento da Parte e Conhecimento de Ofício	402
Art. 291	402
1. Valor Certo	402
2. Pedido Genérico	402
3. Ausência	403
Art. 292	403
1. Fixação Legal	403
2. Tutela Ressarcitória	403
3. Existência, Validade, Cumprimento, Modificação, Resolução, Resilição ou Rescisão de Negócio Jurídico	404
4. Alimentos	404
5. Divisão, Demarcação e Reivindicação	404
6. Tutela Reparatória	404
7. Cumulação	404
8. Cumulação Simples e Cumulação Sucessiva	405
9. Cumulação Alternativa	405
10. Pedido Alternativo	405
11. Vencidas e Vincendas	405
12. De Ofício	405
13. Casuística	405
Art. 293	406
1. Preliminar de Contestação	406

LIVRO V DA TUTELA PROVISÓRIA

TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 294	408
1. Do Processo Cautelar à Parte Geral	408
2. Dos Provimentos Cautelares à Técnica Antecipatória	408
3. Técnica Antecipatória e Tutela dos Direitos	408
4. Tutelas Provisórias	409
5. Antecedente ou Incidental	409

6. Requerimento da Parte..... 409

7. Recurso Cabível 409

8. Fungibilidade..... 410

Art. 295..... 410

1. Despesas Processuais..... 410

Art. 296..... 410

1. Provisoriedade..... 410

2. Identidade Parcial ou Total..... 411

3. Referibilidade da Tutela Cautelar à Tutela Satisfativa 411

4. Revogação, Modificação e Novo Pedido 411

5. Suspensão 411

Art. 297..... 411

1. Técnica Executiva: da Rigidez à Maleabilidade 411

2. Adequação da Técnica Executiva para Efetivação da Tutela..... 412

Art. 298..... 412

1. Fundamentação..... 412

2. Claro e Preciso 413

Art. 299..... 413

1. Competência..... 413

2. Competência nos Recursos..... 413

3. Disposição Especial 413

TÍTULO II

DA TUTELA DE URGÊNCIA

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 300..... 414

1. Tutela de Urgência 414

2. Atipicidade 414

3. Probabilidade do Direito..... 414

4. Perigo na Demora 414

5. Caução..... 415

6. Momento..... 415

7. Irreversibilidade 415

Art. 301..... 416

1. Tutela Cautelar 416

Art. 302..... 416

1. Responsabilidade pelo Dano Oriundo da Tutela de Urgência..... 416

2. Liquidação 417

3. Valores Recebidos em Antecipação de Tutela, Responsabilidade Objetiva e Repetibilidade 417

Capítulo II
DO PROCEDIMENTO DA TUTELA ANTECIPADA
REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE

Art. 303	417
1. Autonomização da Antecipação da Tutela	418
2. Urgência Contemporânea	418
3. Tutela Satisfativa de Urgência	418
4. Procedimento	418
Art. 304	419
1. Estabilização da Antecipação da Tutela	419
2. Ônus de Recorrer	419
3. Ação Exauriente	420
4. Petição Inicial da Ação Antecedente	420
5. Eficácia da Decisão	420
6. Inconstitucionalidade da Previsão de Coisa Julgada	420

Capítulo III
DO PROCEDIMENTO DA TUTELA CAUTELAR
REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE

Art. 305	421
1. Tutela Cautelar Preparatória	421
2. Petição Inicial	421
3. Liminar Cautelar	422
Art. 306	422
1. Contestação	422
Art. 307	422
1. Revelia	422
2. Procedimento Comum	422
Art. 308	422
1. Referibilidade	423
2. Procedimento	423
Art. 309	423
1. Cessação de Eficácia	423
2. Renovação do Pedido	424
Art. 310	424
1. Ausência de Coisa Julgada sobre o Direito Acautelado	424
2. Prescrição ou Decadência	424

TÍTULO III
DA TUTELA DA EVIDÊNCIA

Art. 311 425

1. Tutela da Evidência 425

2. Defesa Inconsistente 425

3. Precedentes 425

4. Contrato de Depósito..... 425

5. Prova Contrária..... 426

6. Momento..... 426

LIVRO VI
DA FORMAÇÃO, DA SUSPENSÃO
E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO

TÍTULO I
DA FORMAÇÃO DO PROCESSO

Art. 312..... 428

1. Formação do Processo 428

2. Propositura da Ação 428

3. Efeitos..... 428

TÍTULO II
DA SUSPENSÃO DO PROCESSO

Art. 313..... 429

1. Suspensão do Processo 430

2. Hipóteses 430

3. Morte ou Perda da Capacidade Processual da Parte..... 430

4. Omissão no Ajuizamento da Ação de Habilitação..... 431

5. Morte ou Perda da Capacidade Processual do Representante da Parte..... 431

6. Morte ou Perda da Capacidade Processual do Procurador 431

7. Convenção das Partes..... 431

8. Impedimento e Suspeição 431

9. Demandas Repetitivas..... 431

10. Sentença de Mérito 432

11. Força Maior 432

12. Tribunal Marítimo 432

13. Suspensão por Maternidade ou Paternidade..... 432

Art. 314..... 432

1. Vedação..... 433

2. Urgência..... 433

Art. 315	433
1. Prejudicialidade Externa Penal.....	433
2. Ação Penal Não Exercida	433

TÍTULO III DA EXTINÇÃO DO PROCESSO

Art. 316	434
1. Extinção do Processo	434
Art. 317	434
1. Dever de Prevenção.....	434

PARTE ESPECIAL

LIVRO I DO PROCESSO DE CONHECIMENTO E DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

1. Processo de Conhecimento e Processo de Execução	435
2. Conhecimento e Execução	435
3. Conhecimento	435
4. Cumprimento de Sentença	436

TÍTULO I DO PROCEDIMENTO COMUM

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 318	437
1. Procedimento e Tutela Jurisdicional dos Direitos	437
2. Procedimento Comum e Procedimentos Diferenciados de Jurisdição Contenciosa.....	437
3. Comparação.....	437
4. Procedimento Comum e Procedimentos Diferenciados de Jurisdição Voluntária	438
5. Comparação.....	438
6. Procedimento Comum.....	438
7. Fases	438
8. Subsidiariedade.....	439

Capítulo II DA PETIÇÃO INICIAL

Seção I Dos Requisitos da Petição Inicial

Art. 319	439
1. Petição Inicial.....	439

2. Juízo 440

3. Partes 440

4. Causa de Pedir 440

5. Comunidade Argumentativa de Trabalho 441

6. Ônus de Alegar e Dever de Decidir 441

7. Normas Jurídicas e Relação com o Caso 442

8. Termos Vagos..... 442

9. Princípios, Regras e Postulados 442

10. Pedido..... 442

11. Pedido e Tutela do Direito..... 443

12. Revisão de Empréstimo, Financiamento ou Alienação de Bens 443

13. Valor da Causa 443

14. Provas 443

15. Citação..... 444

16. Opção pela Audiência 444

Art. 320..... 444

1. Indispensáveis 444

2. Úteis..... 444

3. Requisição de Documentos ao Réu 444

Art. 321 445

1. Emenda 445

2. Não Intimação para Correção e Nulidade da Decisão..... 445

3. Indicação Precisa..... 446

4. Indeferimento 446

5. Comunicação do Indeferimento da Petição Inicial ao Réu..... 446

Seção II
Do Pedido

Art. 322..... 446

1. Pedido Certo..... 446

2. Pedidos Implícitos..... 446

3. Juros e Fazenda Pública..... 447

4. Correção Monetária e Fazenda Pública 447

5. Interpretação..... 447

6. Cobrança de Cheque, Juros e Correção Monetária 447

Art. 323..... 448

1. Prestações Sucessivas..... 448

2. Exigibilidade..... 448

3. Condenação para o Futuro e Pedido com Função Preventiva 448

4. Valor da Causa 449

Art. 324	449
1. Pedido Genérico	449
2. Ações Universais	449
3. Impossibilidade de Determinação	449
4. Dependência de Ato do Réu	450
5. Indenização e Pedido Genérico	450
Art. 325	450
1. Pedido Alternativo	450
2. Pedido Alternativo e Cumulação Alternativa	451
3. Concentração	451
4. Valor da Causa	451
Art. 326	451
1. Cumulação Alternativa	451
2. Cumulação Sucessiva	452
3. Valor da Causa	452
Art. 327	452
1. Cumulação Simples	452
2. Admissibilidade	452
3. Pedidos Compatíveis	453
4. Juízo Competente	453
5. Mesmo Procedimento	453
6. Oportunidade	453
7. Valor da Causa	454
8. Despesas Processuais	454
9. Concorrência Interior do Pedido	454
Art. 328	454
1. Obrigação Indivisível	454
Art. 329	455
1. Estabilidade do Processo	455
2. Adição	455
3. Modificação	455
4. Correção do Polo Passivo Antes da Citação	455
5. Inexistência de Alteração	456
6. Fato Superveniente	456

Seção III

Do Indeferimento da Petição Inicial

Art. 330	456
1. Indeferimento	456
2. Inépcia	457
3. Ilegitimidade e Interesse	457

4. Motivos Formais	457
5. Momento	457
6. Revisão de Empréstimo, Financiamento ou Alienação	458
Art. 331	458
1. Apelação. Indeferida a Petição Inicial, Pode o Autor Apelar	458
2. Retratação	458
3. Processamento	458
4. Urgência.....	458

Capítulo III
DA IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO

Art. 332	459
1. Improcedência Liminar.....	459
2. Precedente e Jurisprudência.....	459
3. Prévio Diálogo	460
4. Apelação	460
5. Improcedência Liminar Parcial	461

Capítulo IV
DA CONVERSÃO DA AÇÃO INDIVIDUAL
EM AÇÃO COLETIVA

Art. 333	461
-----------------------	-----

Capítulo V
DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO
OU DE MEDIAÇÃO

Art. 334	461
1. Citação para Audiência	462
2. Conciliador ou Mediador	462
3. Princípios.....	462
4. Realização da Audiência.....	462
5. Pauta de Audiências	463
6. Não Comparecimento.....	463
7. Autocomposição	463

Capítulo VI
DA CONTESTAÇÃO

1. Direito de Defesa	463
2. Atitudes do Réu	464
3. Contestação	464

Art. 335	464
1. Prazo	465
2. Prazo para a Contestação e Litisconsórcio Passivo	465
3. Litisconsórcio Passivo e Não Realização da Audiência de Conciliação	465
4. Prazo para a Contestação e Desistência da Ação em Relação a Réu Não Citado	465
Art. 336	465
1. Toda a Matéria de Defesa	465
2. Defesas Processuais e Defesas Materiais	466
3. Coerência da Defesa	466
4. Prova	467
Art. 337	467
1. Ordem	467
2. Citação	468
3. Incompetência Absoluta e Relativa	468
4. Valor da Causa	468
5. Inépcia	468
6. Perempção	468
7. Litispêndência	468
8. Coisa Julgada	468
9. Conexão	469
10. Incapacidade Processual	469
11. Convenção de Arbitragem	469
12. Ilegitimidade e Interesse	469
13. Caução ou Prestação Preliminar	470
14. Benefício da Gratuidade	470
15. De Ofício	470
16. Preferência	470
17. Trílice Identidade	470
18. Relação Jurídica Base	471
Art. 338	471
1. Alegação de Ilegitimidade	471
2. Alteração	472
Art. 339	472
1. Extromissão	472
2. Litisconsórcio	472
Art. 340	472
1. Alegação de Incompetência	473
2. Suspensão da Audiência	473
3. Decisão	473
Art. 341	473
1. Impugnação Específica	473
2. Funções	474
3. Autor e Réu	474

4. Presunção de Veracidade e Confissão	474
5. Litisconsórcio	474
6. Exclusões	474
7. Direitos Indisponíveis	475
8. Prova Substancial	475
9. Contradição em seu Conjunto.....	475
10. Defensor Público, Advogado Dativo e Curador Especial.....	475
11. Julgamento Imediato Parcial e Antecipação da Tutela Fundada na Evidência.....	475
Art. 342.....	476
1. Novas Alegações	476
2. Direito ou Fato Supervenientes.....	476
3. Ciência Superveniente de Fato Velho	476
4. De Ofício	476
5. Qualquer Tempo.....	477

Capítulo VII DA RECONVENÇÃO

Art. 343.....	477
1. Reconvenção	477
2. Cabimento	477
3. Condições Gerais.....	478
4. Legitimidade	478
5. Litisconsórcio	478
6. Interesse Processual.....	478
7. Condições Específicas.....	478
8. Conexão	478
9. Processo Pendente.....	479
10. Competência.....	479
11. Procedimento.....	479
12. Indeferimento	479
13. Intimação.....	479
14. <i>Reconventio Reconventionis</i>	479
15. Revelia	480
16. Autonomia.....	480
17. Julgamento.....	480
18. Despesas Processuais.....	480
19. Reconvenção por Curador Especial.....	480

Capítulo VIII DA REVELIA

Art. 344.....	480
1. Revelia	480

2. Efeitos.....	481
3. Efeito Material.....	481
4. Efeito Material e Igualdade Substancial	481
5. Advertência.....	481
Art. 345	481
1. Pluralidade de Réus.....	482
2. Direito Indisponível.....	482
3. Prova Substancial.....	482
4. Inverossímeis ou Contraditórias com a Prova	482
Art. 346	483
1. Efeito Processual.....	483
2. Atos Pessoais.....	483
3. Intimação do Revel e Cumprimento de Sentença.....	483
4. Participação do Revel	483

Capítulo IX

DAS PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E DO SANEAMENTO

1. Providências Preliminares	484
2. Organização do Processo.....	484
Art. 347	484
1. Conforme o Caso.....	484
2. Casos	484

Seção I

Da Não Incidência dos Efeitos da Revelia

Art. 348	484
1. Ineficácia Material da Revelia	485
2. Prova Documental	485
Art. 349	485
1. Provas	485

Seção II

Do Fato Impeditivo, Modificativo ou Extintivo do Direito do Autor

Art. 350	485
1. Defesa Indireta de Mérito	485
2. Provas	486
3. Ônus de Impugnação Específica	486

Seção III
Das Alegações do Réu

Art. 351 486

1. Preliminares 486

Art. 352 486

1. Vícios Sanáveis..... 486

2. Dever de Prevenção..... 487

Art. 353..... 487

1. Prosseguimento..... 487

Capítulo X
DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO

1. Julgamento Conforme o Estado do Processo 487

Seção I
Da Extinção do Processo

Art. 354..... 488

1. Extinção do Processo 488

2. Recurso 488

Seção II
Do Julgamento Antecipado do Mérito

Art. 355..... 488

1. Julgamento Imediato do Mérito 488

2. Cabimento 488

3. Julgamento Imediato e Ônus da Prova 489

4. Direito à Prova e Julgamento Imediato..... 489

5. Decisão 490

Seção III
Do Julgamento Antecipado Parcial do Mérito

Art. 356..... 490

1. Julgamento Imediato Parcial do Mérito 490

2. Quebra do Dogma da Unidade e Unicidade 490

3. Cabimento 491

4. Liquidação ou Execução..... 491

5. Autos Suplementares 491

6. Agravo de Instrumento 491

Seção IV

Do Saneamento e da Organização do Processo

Art. 357	491
1. Do Despacho Saneador à Organização em Colaboração com as Partes	492
2. Saneamento Compartilhado	492
3. Organização do Processo.....	493
4. Por Escrito	493
5. Em Audiência	493
6. Consensual.....	493
7. Organização Retrospectiva.....	494
8. Organização Prospectiva	494
9. Meios de Prova.....	494
10. Rol de Testemunhas	495
11. Prova Pericial	495
12. Ônus da Prova.....	495
13. Questões de Direito Relevantes.....	495
14. Pautas de Audiência	496

Capítulo XI

DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Art. 358	496
1. Início.....	496
2. Decisões	496
Art. 359	496
1. Conciliação	496
2. Meios Alternativos de Solução das Controvérsias	496
Art. 360	496
1. Poder de Polícia.....	497
2. Direção dos Trabalhos	497
Art. 361	497
1. Ordem de Produção da Prova.....	497
2. Prova Oral.....	497
3. Inobservância.....	497
Art. 362	498
1. Adiamento	498
2. Dispensa de Prova	498
3. Indeferimento	498
Art. 363	498
1. Antecipação ou Adiamento.....	499

Art. 364..... 499

1. Debates Orais 499

2. Memoriais..... 499

Art. 365..... 499

1. Una e Contínua..... 499

Art. 366..... 500

1. Prazo Impróprio..... 500

2. Prolação de Sentença..... 500

Art. 367..... 500

1. Termo de Audiência..... 500

2. Gravação..... 500

Art. 368..... 501

1. Publicidade 501

2. Segredo de Justiça 501

Capítulo XII
DAS PROVAS

1. Prova..... 501

2. Prova e Direito Probatório..... 501

3. Direito Fundamental à Prova no Processo Civil..... 501

Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 369..... 501

1. Prova e Verdade..... 502

2. Prova Típica e Prova Atípica 502

3. Direito das Partes 502

4. Prova Ilícita..... 502

5. Prova Ilícita por Contaminação..... 502

Art. 370..... 503

1. Poderes Instrutórios do Juiz..... 503

2. Diligências Inúteis ou Meramente Protelatórias..... 504

3. Oitiva de Testemunha de Ofício 504

Art. 371..... 504

1. Apreciação da Prova 504

2. Modelos de Apreciação da Prova..... 504

3. Constância dos Autos..... 505

4. Forma dos Atos Jurídicos de Direito Material 505

5. Valoração da Prova Pericial e Formação do Convencimento Judicial..... 505

6. Juiz como Destinatário da Prova..... 505

Art. 372	506
1. Prova Emprestada	506
2. Interceptação Telefônica Emprestada do Processo Penal	506
3. Prova Emprestada e Processos Entre as Mesmas Partes.....	506
Art. 373	507
1. Ônus da Prova.....	507
2. Dupla Finalidade	507
3. Como Regra de Instrução.....	507
4. Como Regra de Julgamento	507
5. Distribuição Fixa e Distribuição Dinâmica	508
6. Condicionantes Materiais da Distribuição Dinâmica	508
7. Condicionantes Processuais da Distribuição Dinâmica	509
8. Inversão do Ônus da Prova	509
9. Convenção sobre o Ônus da Prova.....	510
10. Convenção sobre Ônus de Prova e Relação de Consumo	511
11. Convenção Judicial e Extrajudicial sobre Ônus de Prova	511
12. Convenção sobre Ônus da Prova e Negócios Processuais	511
13. Redistribuição do Ônus da Prova e Recurso	511
Art. 374	511
1. Independência de Prova	511
2. Ônus de Provar e Ônus de Alegar	511
3. Fato Notório	512
4. Prova da Notoriedade.....	512
5. Fato Confessado.....	513
6. Fatos Incontroversos	513
7. Presunção Legal	513
Art. 375	513
1. Máximas de Experiência	513
2. Regras de Experiência Comum	514
3. Regras de Experiência Técnica	514
4. Prova Pericial	514
5. Aplicação	514
6. Controle.....	514
Art. 376	515
1. Prova do Direito.....	515
2. Direito Estadual, Municipal e Estrangeiro	515
3. Direito Consuetudinário	515
4. Direito Internacional.....	515
Art. 377	515
1. Carta Probatória.....	516
2. Suspensão do Processo	516
3. Julgamento Final.....	516

Art. 378.....	517
1. Colaboração.....	517
2. Sanção.....	517
3. Regras de Exclusão.....	517
Art. 379.....	517
1. Colaboração das Partes.....	517
2. Direito de Não Produzir Prova contra Si	518
3. Coerção.....	518
4. Consequências	518
Art. 380.....	518
1. Colaboração de Terceiros.....	518
2. Comparecer e Informar.....	519
3. Exibir.....	519
4. Consequências	519
5. Contraditório.....	519

Seção II

Da Produção Antecipada da Prova

Art. 381.....	520
1. Asseguração de Prova.....	520
2. Interesse na Asseguração de Prova.....	520
3. Cognição na Ação de Asseguração de Prova	521
4. Competência.....	521
5. Prevenção.....	521
6. Interrupção da Prescrição	521
7. Provas que Podem Ser Colhidas Antecipadamente	522
8. Prova Oral.....	522
9. Prova Pericial	522
10. Prova Documental	522
11. Dispensa de Propositura de Ação Principal	523
12. Honorários Advocatícios.....	523
13. Arrolamento	523
14. Justificação	523
Art. 382.....	523
1. Petição Inicial.....	524
2. Liminar.....	524
3. Direito de Defesa	524
4. Asseguração de Prova sem Caráter Contencioso	524
5. Audiência.....	524
6. Asseguração de Prova Pericial.....	524
7. Cumulação de Colheita de Provas	525
8. Recurso	525

Art. 383	525
1. Certidões	525

Seção III Da Ata Notarial

Art. 384	525
1. Ata Notarial	525
2. Imagens e Sons Registrados em Arquivos Eletrônicos	526
3. Limites à Ata Notarial	526

Seção IV Do Depoimento Pessoal

1. Interrogatório Livre e Depoimento da Parte	526
Art. 385	526
1. Depoimento da Parte	526
2. Pluralidade de Partes no Mesmo Polo	527
3. Colheita da Prova em Outro Foro	527
4. Procedimento do Depoimento da Parte	527
5. Publicidade Mediata	528
Art. 386	528
1. Recusa em Depor	528
2. Motivo Justificado	528
3. Emprego de Evasivas	529
Art. 387	529
1. Pessoal e Oral	529
2. Pessoa Jurídica e Absolutamente Incapaz	529
3. Notas Breves	530
4. Procedimento	530
Art. 388	530
1. Direito de Recusa	530
2. Fatos Criminosos ou Fatos Torpes Imputados à Parte	530
3. Dever de Sigilo	531
4. Desonra Própria ou Alheia	531
5. Perigo de Vida	531
6. Imprescindibilidade do Depoimento	531

Seção V Da Confissão

Art. 389	531
1. Confissão	531

2. Capacidade	532
3. Consequências	532
4. Judicial ou Extrajudicial	532
Art. 390	532
1. Confissão Judicial	532
2. Espontânea ou Provocada	533
3. Escrita ou Oral	533
4. Procurador	533
Art. 391	533
1. Confitente e Sucessores	533
2. Confissão e Litisconsórcio Simples	533
3. Confissão e Litisconsórcio Unitário	534
Art. 392	534
1. Direitos Indisponíveis	534
2. Incapacidade	534
3. Estatuto da Pessoa com Deficiência	534
4. Extrapolação do Mandato	534
Art. 393	534
1. Anulação	534
2. Causas	535
3. Anulatória	535
4. Legitimidade	535
Art. 394	535
1. Confissão Extrajudicial	535
2. Eficácia da Confissão Extrajudicial Escrita	535
3. Eficácia da Confissão Extrajudicial Oral	535
4. Terceiro ou sem Direção Específica	535
5. Prova Literal	536
Art. 395	536
1. Indivisibilidade	536
2. Simples ou Complexa	536
3. Divisibilidade	536
4. Faculdade	536

Seção VI

Da Exibição de Documento ou Coisa

1. Âmbito	537
Art. 396	537
1. Exibição	537
2. Multa Coercitiva e Multa Sancionatória	537
3. Busca e Apreensão	537

4. Documento ou Coisa	538
Art. 397	538
1. Pedido	538
2. Individualização	538
3. Finalidade	538
4. Circunstâncias	538
Art. 398	539
1. Intimação	539
2. Resposta	539
3. Prova	539
Art. 399	539
1. Recusa	540
Art. 400	540
1. Decisão	540
2. Não Exibição	541
3. Medidas de Apoio	541
Art. 401	541
1. Ação de Exibição	541
2. Exibição de Ofício	541
3. Decisão	542
Art. 402	542
1. Defesa	542
Art. 403	542
1. Recusa à Exibição	542
2. Responsabilidade Penal	543
3. Medidas de Apoio	543
Art. 404	543
1. Escusas	543
2. Família	543
3. Honra	544
4. Perigo de Ação Penal	544
5. Sigilo	544
6. Motivos Graves	544
7. Exibição Parcial	544

Seção VII

Da Prova Documental

1. Prova Documental e Conceito de Documento	544
2. Prova Documental e Prova Documentada	545
3. Prova Documental e Prova Escrita	545

Subseção I
Da Força Probatante dos Documentos

Art. 405	545
1. Documento Público	545
2. Fatos	545
Art. 406	546
1. Prova Substancial	546
2. Local da Realização do Ato	546
3. Lei ou Negócio Jurídico.....	546
Art. 407	546
1. Documento Público Irregular.....	546
2. Atribuição de Eficácia de Documento Particular	547
3. Exigência de Prova Substancial	547
Art. 408	547
1. Documento Particular	547
2. Autoria Intelectual e Autoria Material	547
3. Presunção.....	547
4. Prova da Ciência e Prova do Fato.....	547
5. Documentos Constitutivos e Documentos Narrativos.....	548
Art. 409	548
1. Data	548
2. Dúvida	548
Art. 410	549
1. Autoria e Subscrição	549
2. Autoria e Ausência de Subscrição	549
Art. 411	549
1. Autenticidade e Veracidade	549
2. Reconhecimento de Firma	549
3. Presunção de Autenticidade	550
4. Documento Particular Autenticado.....	550
5. Documento Particular Não Autenticado	550
6. Autenticação por Outros Meios	550
7. Autenticidade e Não Impugnação	550
Art. 412	550
1. Eficácia Probatória do Documento Particular	550
2. Indivisibilidade	550
Art. 413	551
1. Transmissão de Informações	551
2. Assinatura	551

3. Reconhecimento de Firma	551
Art. 414	551
1. Conforme com o Original	551
2. Terceiro	551
Art. 415	551
1. Declaração Contrária	552
2. Documento Não Assinado	552
3. Carta e Registro Doméstico	552
4. Informalidade	552
5. Título	552
6. Conhecimento de Fatos	552
Art. 416	552
1. Nota Escrita	553
Art. 417	553
1. Livros Comerciais	553
2. Contra o seu Autor e Sucessores	553
3. Presunção	553
Art. 418	553
1. Livros Comerciais Regulares	553
2. Entre Empresários	554
3. Entre Empresário e Não Empresário	554
4. Presunção	554
Art. 419	554
1. Indivisibilidade	554
2. Divisibilidade	554
3. Fatos Favoráveis e Fatos Desfavoráveis	554
Art. 420	555
1. Sigilo Empresarial	555
2. Exibição Integral de Escritos Comerciais	555
3. Não Exibição	555
4. Terceiro	555
Art. 421	555
1. Exibição Parcial de Escritos Comerciais	556
2. Terceiro	556
Art. 422	556
1. Reprodução Mecânica	556
2. Cópia	557
3. Conformidade	557
4. Impugnação	557
5. Fotografia Comum e Digital	557

6. Jornal	557
7. Mensagem Eletrônica (<i>e-mail</i>)	558
Art. 423	558
1. Cópia	558
2. Dúvida	558
Art. 424	558
1. Valor Probante das Cópias	558
2. Impugnação	558
3. Documentos Digitalizados e Extratos Digitais	559
Art. 425	559
1. Mesma Eficácia	559
2. Preservação	559
3. Juntada	560
Art. 426	560
1. Entrelinha, Emenda, Borrão ou Cancelamento	560
2. Ponto Substancial	560
3. Ressalva	560
4. Alteração Maliciosa	560
Art. 427	560
1. Cessação de Eficácia	560
2. Falsidade Material	561
3. Formação de Documento Não Verdadeiro	561
4. Alteração de Documento Verdadeiro	561
Art. 428	561
1. Cessação de Eficácia de Documento Particular	561
2. Assinatura	561
3. Documento em Branco	562
4. Abuso no Preenchimento	562
Art. 429	562
1. Falsidade de Documento	562
2. Impugnação de Autenticidade	562

Subseção II

Da Arguição de Falsidade

Art. 430	562
1. Declaração de Falsidade	562
2. Incidente Processual e Ação Incidental	563
3. Objeto	563
4. Cabimento	563
5. Legitimidade	564
6. Prazo	564

7. Perante o Tribunal	564
8. Preclusão	564
Art. 431	564
1. Ação Incidental	564
2. Petição	564
Art. 432	564
1. Intimação	565
2. Resposta	565
3. Prova	565
4. Documento Original	565
5. Concordância e Desentranhamento	565
6. Não Produção da Prova Pericial	565
Art. 433	565
1. Decisão	565
2. Coisa Julgada	566
3. Despesas Processuais	566

Subseção III

Da Produção da Prova Documental

Art. 434	566
1. Prova Documental e Documentos Indispensáveis	566
2. Preclusão	566
3. Justa Causa	567
4. Poder de Terceiro	567
5. Produção da Prova Cinematográfica ou Fonográfica	567
Art. 435	567
1. Documentos Novos	567
2. Outras Hipóteses	568
3. Preclusão	568
Art. 436	568
1. Conteúdo do Contraditório	568
Art. 437	568
1. Contraditório	568
2. Invalidez	569
3. Prazo para Manifestação	569
Art. 438	569
1. Requisição	569
2. Requisitos	570
3. Momento	570
4. Descumprimento	570

5. Certidões e Reproduções Fotográficas.....	570
6. Meio Eletrônico.....	571

Seção VIII Dos Documentos Eletrônicos

Art. 439	571
1. Processo Convencional e Conversão de Documento Eletrônico	571
2. Ausência de Autenticação	571
Art. 440	571
1. Não Conversão.....	571
Art. 441	571
1. ICP-Brasil	571
2. Outras Leis	571

Seção IX Da Prova Testemunhal

Subseção I Da Admissibilidade e do Valor da Prova Testemunhal

Art. 442	572
1. Prova Testemunhal.....	572
2. Objeto.....	572
3. Admissibilidade	572
4. Inadmissibilidade da Prova Testemunhal.....	572
Art. 443	573
1. Prova Documental ou Confissão	573
2. Prova Substancial ou Prova Pericial	573
3. Modo Diverso	573
Art. 444	573
1. Começo de Prova Escrita	573
Art. 445	574
1. Impossibilidade Material ou Moral	574
Art. 446	574
1. Simulação e Vícios do Consentimento	574
2. Parte.....	574
3. Vontade Real e Vontade Declarada.....	575
Art. 447	575
1. Restrições ao Depoimento Pessoal	575
2. Menor de Dezesesseis Anos	575

3. Cônjuge, Companheiro, Ascendente e Descendente	576
4. Interesse Público e Estado da Pessoa	576
5. Advogado.....	576
6. Informante.....	576
7. Valoração	576
8. Pessoa com Deficiência	576

Art. 448 577

1. Isenção do Dever de Depor	577
2. Possibilidade de Depor.....	577

Art. 449 577

1. Provas em Audiência	577
2. Impossibilidade de Comparecer e Impossibilidade de Prestar Depoimento	578
3. Enfermidade ou Outro Motivo Relevante.....	578

Subseção II

Da Produção da Prova Testemunhal

Art. 450 578

1. Apresentação do Rol de Testemunhas	578
2. Dupla Finalidade	579
3. Indicação.....	579
4. Prazo.....	579
5. Número de Testemunhas.....	579
6. Dispensa	580

Art. 451 580

1. Substituição	580
2. Casos	580

Art. 452 580

1. Juiz da Causa como Testemunha	580
--	-----

Art. 453 581

1. Imediação	581
2. Exceções	581

Art. 454 582

1. Residência, ou Onde Exercem a Sua Função	582
2. Procedimento.....	582

Art. 455 583

1. Informação ou Intimação da Testemunha.....	583
2. Consequências do Não Comparecimento da Testemunha	583
3. Intimação Judicial	584
4. Funcionário Público ou Militar	584
5. Intimação Judicial e Não Comparecimento	584

Art. 456	584
1. Inquirição	585
Art. 457	585
1. Qualificação.....	585
2. Contradita.....	585
3. Procedimento.....	585
4. Escusa	586
Art. 458	586
1. Compromisso	586
Art. 459	586
1. Modo de Interrogar.....	586
Art. 460	587
1. Documentação	587
Art. 461	587
1. Testemunha Referida	587
2. Acareação.....	588
Art. 462	588
1. Despesas	588
Art. 463	588
1. Serviço Público	588

Seção X

Da Prova Pericial

Art. 464	588
1. Prova Pericial	589
2. Exame, Vistoria e Avaliação	589
3. Cabimento	589
4. Conhecimento Técnico Especializado.....	589
5. Outras Provas.....	589
6. Verificação Impraticável.....	590
7. Submissão à Perícia	590
8. Perícia Simplificada.....	590
Art. 465	590
1. Nomeação	591
2. Prazo para Entrega do Laudo	591
3. Assistente Técnico e Quesitos	591
4. Honorários Periciais.....	592
5. Perícia Solicitada por Carta	592
6. Escusa, Recusa e Substituição e Perícia Deprecada	592

Art. 466	592
1. Independentemente de Termo de Compromisso	592
2. Confiança da Parte	592
3. Dever de Comunicação	593
Art. 467	593
1. Escusa	593
2. Recusa	593
3. Novo Perito	593
Art. 468	593
1. Substituição	593
2. Comunicação	594
3. Substituição do Perito e Restituição dos Valores Recebidos	594
Art. 469	594
1. Quesitos Suplementares	594
2. Contraditório	594
3. Indeferimento	595
4. Quesitos Suplementares e Esclarecimentos	595
Art. 470	595
1. Quesitos Impertinentes	595
2. Quesitos Necessários	595
Art. 471	595
1. Perícia Consensual	595
2. Perícia Consensual e Perícia Judicial	596
Art. 472	596
1. Dispensa	596
Art. 473	596
1. Elementos do Laudo Pericial	597
2. Limites do Laudo	597
3. Desempenho de Sua Função	597
4. Instrução do Laudo	597
5. Terceiro	597
Art. 474	598
1. Ciência	598
2. Ineficácia	598
Art. 475	598
1. Perícia Complexa	598
2. Peritos e Assistentes Técnicos	598
Art. 476	598
1. Prorrogação	599
Art. 477	599
1. Prazo de Espera	599

2. Intimação..... 599

3. Pedido de Esclarecimentos..... 600

4. Prazo Mínimo..... 600

Art. 478..... 600

1. Estabelecimentos Oficiais Especializados 600

2. Perícia e Assistência Judiciária Gratuita 601

3. Autenticidade da Letra e Firma..... 601

Art. 479..... 601

1. Valoração da Prova Pericial..... 601

2. Formação do Convencimento Judicial..... 602

Art. 480..... 602

1. Segunda Perícia..... 602

2. Novo Perito..... 602

3. Pronunciamento Judicial 602

4. Segundo Parecer Técnico..... 602

5. Objeto e Objetivo..... 602

6. Mesmas Disposições 603

7. Não Substituição..... 603

Seção XI

Da Inspeção Judicial

Art. 481..... 603

1. Inspeção Judicial 603

2. Objeto..... 603

Art. 482..... 603

1. Inspeção Direta e Inspeção Indireta 603

Art. 483..... 604

1. Local..... 604

2. Contraditório..... 604

Art. 484..... 604

1. Auto de Inspeção..... 604

Capítulo XIII

DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA

Seção I

Disposições Gerais

Art. 485..... 604

1. Sentença Terminativa..... 605

2. Sem Resolução de Mérito 605

3. Residualidade.....	606
4. Indeferimento da Petição Inicial	606
5. Negligência das Partes.....	606
6. Abandono de Causa	606
7. Pressupostos Processuais como Requisitos de Existência e Validade do Processo	606
8. Pressupostos Processuais como Condições para Concessão da Tutela Jurisdicional do Direito	607
9. Pressupostos Processuais e Processo Justo.....	608
10. Pressupostos Processuais e Paridade de Armas	608
11. Legitimidade e Interesse	608
12. Aferição da Legitimidade e do Interesse.....	609
13. Pressupostos Processuais, Condições da Ação e Conhecimento de Ofício e a Qualquer Tempo.....	609
14. Convenção de Arbitragem	609
15. Reconhecimento da Própria Competência pelo Juízo Arbitral	609
16. Desistência da Ação	610
17. Intransmissibilidade da Ação	610
18. Demais Casos	610
Art. 486	610
1. Nova Ação	611
2. Correção	611
3. Litispendência e Coisa Julgada.....	611
4. Perempção	611
5. Prova do Pagamento.....	611
Art. 487	611
1. Sentença Definitiva.....	612
2. Julgamento de Mérito e Resolução de Mérito	612
3. Acolhimento ou Rejeição do Pedido.....	612
4. Confusão.....	612
5. Decadência ou Prescrição	612
6. Reconhecimento Jurídico do Pedido	612
7. Transação.....	613
8. Renúncia à Pretensão	613
9. Dever de Diálogo	614
Art. 488	614
1. Prevalência do Julgamento de Mérito.....	614

Seção II

Dos Elementos e dos Efeitos da Sentença

Art. 489	614
1. Sentença e Decisão.....	615

2. Elementos Essenciais	615
3. Relatório	615
4. Fundamentação.....	616
5. Comunidade Argumentativa de Trabalho	616
6. Indicação, Reprodução ou Paráfrase	616
7. Termos Vagos.....	617
8. Qualquer Outra Decisão	617
9. Dever de Debate	617
10. Precedentes	618
11. Distinção	618
12. Superação.....	618
13. Colisão Entre Normas	619
14. Interpretação.....	619
15. Dispositivo.....	619
Art. 490	620
1. Acolhimento ou Rejeição	620
2. Cumulação de Pedidos.....	620
Art. 491	620
1. Sentença Líquida	620
2. Sentença Ilíquida	620
Art. 492	621
1. Sentença Conforme ao Pedido	621
2. Mitigação.....	621
3. Sentença Certa e Relação Condicional.....	622
4. Sentença Condicional	622
Art. 493	622
1. Fato Superveniente	622
2. Instâncias Ordinárias	623
3. Contraditório.....	623
Art. 494	623
1. Preclusão.....	623
2. Inexatidões Materiais e Erros de Cálculo	623
3. Embargos de Declaração.....	624
Art. 495	624
1. Hipoteca Judiciária	625
2. Tutela Pecuniária.....	625
3. Hipoteca Judiciária, Tutela Cautelar e Penhora	625
4. Registro.....	625
5. Responsabilidade	625

Seção III

Da Remessa Necessária

Art. 496	626
1. Remessa Necessária.....	626
2. Sentença Contrária	627
3. Acolhimento Total ou Parcial de Embargos.....	627
4. Demais Casos	627
5. Procedimento.....	627
6. Dispensa	627
7. Julgamento.....	627

Seção IV

Do Julgamento das Ações Relativas às Prestações de Fazer, de Não Fazer e de Entregar Coisa

Art. 497	628
1. Tutela dos Direitos e Técnica Processual.....	628
2. Tutela Específica e Tutela pelo Resultado Prático Equivalente	628
3. Tutela Inibitória e Tutela de Remoção do Ilícito.....	629
4. Tutela Ressarcitória na Forma Específica	629
5. Tutela Específica do Adimplemento	629
6. Ato Ilícito, Fato Danoso e Inadimplemento	630
7. Tutela Específica, Resultado Prático Equivalente e Tutela pelo Equivalente Monetário ...	630
8. Tutela Positiva e Tutela Negativa.....	631
9. Antecipação da Tutela	631
10. Sentença Mandamental e Sentença Executiva.....	632
Art. 498	632
1. Tutela dos Direitos e Técnica Processual.....	632
2. Tutela do Adimplemento da Obrigação Contratual de Entregar Coisa Móvel	633
3. Tutela do Adimplemento da Obrigação de Entregar Coisa Móvel e Tutela de Imissão na Posse de Coisa Móvel.....	633
4. Tutela Específica Mediante Entrega de Coisa em Substituição à Defeituosa.....	633
5. Tutela de Imissão na Posse	633
6. Tutela Reivindicatória	634
7. Tutela de Reintegração de Posse.....	634
8. Comodato.....	634
9. <i>Leasing</i>	634
10. Tutela Ressarcitória na Forma Específica Mediante a Entrega de Coisa.....	634
11. Antecipação da Tutela	634
12. Sentença Mandamental e Sentença Executiva.....	635
13. Individualização da Coisa.....	635
14. Instante da Individualização.....	635

15. Impugnação da Individualização da Coisa.....	635
16. Localização da Coisa.....	635
17. Direito de Retenção	635
Art. 499	636
1. Tutela pelo Equivalente Monetário	636
2. Requerimento da Parte.....	636
Art. 500	637
1. Cumulação da Indenização com a Multa.....	637
Art. 501	637
1. Emissão de Declaração de Vontade	637
2. Sentença Executiva	637
3. Momento de Eficácia	637
4. Antecipação da Tutela	638
5. Consequências da Sentença e Nova Situação.....	638
6. Pré-contrato e Contrato Definitivo	638
7. Validade, Eficácia e Registro do Pré-contrato	638
8. Prévia Interpelação.....	639
9. Consequências da Sentença e Contrato Definitivo	639
10. Sinalagma	639
11. Sentença de Improcedência.....	639

Seção V

Da Coisa Julgada

1. Coisa Julgada, Segurança Jurídica e Estado Constitucional	639
Art. 502	640
1. Eficácia e Autoridade da Sentença	640
2. Coisa Julgada: da Estática à Dinâmica, da Vontade das Partes à Evolução do Debate	640
3. Coisa Julgada e Preclusão	640
4. Trânsito em Julgado	641
5. Limites.....	641
6. Eficácia	641
7. Relativização da Coisa Julgada	641
8. Negativa de Submissão a Exame de DNA e Relativização da Coisa Julgada	642
Art. 503	642
1. Limites Objetivos	642
2. Coisa Julgada sobre a Questão Prejudicial	643
Art. 504	644
1. Não Fazem Coisa Julgada.....	644
Art. 505	644
1. Limites Temporais	644

2. Mesma Lide	644
3. Trato Continuado	645
4. Demais Casos	645
5. Nova Ação	645
Art. 506	645
1. Limites Subjetivos	645
2. Não Prejudicando Terceiros	646
3. Coisa Julgada e Obrigação Solidária	646
4. Causas Relativas ao Estado de Pessoa	646
Art. 507	647
1. Preclusão	647
2. Ordem Pública	647
Art. 508	647
1. Eficácia Preclusiva	647
2. Alegações e Defesas	647

Capítulo XIV DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

1. Liquidação de Sentença	648
2. Formas de Liquidação	648
3. Dimensionamento do Dano no Juízo Penal	649
4. Decisão da Liquidação	649
5. Coisa Julgada	649
6. Condenação Genérica Coletiva e Liquidação	649
7. Liquidação e Processo de Conhecimento	649
Art. 509	650
1. Liquidação da Obrigação	650
2. Valor Devido	650
3. Parte Líquida e Parte Ilíquida	650
4. Requerimento	650
5. Intimação	651
6. Liquidação por Cálculos	651
7. Fidelidade ao Título	651
8. Fidelidade ao Título e Inclusão de Expurgos Inflacionários	651
9. Autorização Legal	651
10. Liquidação Zero	652
11. Alteração da Modalidade de Liquidação e Súmula 344/STJ	652
Art. 510	653
1. Liquidação por Arbitramento	653
2. Regras da Perícia	653
3. Requerimento	653

4. Nomeação.....	653
5. Contraditório.....	654
6. Laudo	654
7. Esclarecimentos e Audiência.....	654
8. Decisão	654
9. Presunções e Deduções na Liquidação por Arbitramento.....	654
Art. 511	654
1. Liquidação pelo Procedimento Comum.....	654
2. Fato Novo	655
3. Procedimento Comum.....	655
4. Liquidação pelo Procedimento Comum e Créditos-prêmio de IPI	655
5. Liquidação pelo Procedimento Comum e Prejuízo ao Advogado do Liquidante	655
Art. 512	656
1. Pendência de Recurso.....	656

TÍTULO II DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Processo de Execução no Código Buzaid.....	657
2. Cumprimento da Sentença no Código Atual	657
3. Atipicidade das Formas Executivas	657
Art. 513	657
1. Cumprimento da Sentença	658
2. Sentenças Autossuficientes	658
3. Sentenças Não Autossuficientes.....	658
4. Sentença Condenatória ao Pagamento de Quantia e Cumprimento da Sentença por Execução Forçada.....	659
5. Técnicas de Indução e de Sub-rogação e Pagamento de Quantia	659
6. Cumprimento de Decisão Definitiva e Cumprimento de Decisão Provisória	660
7. Intimação do Devedor.....	660
8. Sujeição Passiva ao Cumprimento de Sentença	660
Art. 514	661
1. Condição ou Termo.....	661
2. Requerimento de Cumprimento e Instrução	661
Art. 515	661
1. Títulos Executivos Judiciais.....	662
2. Sentenças e Decisões que Dependem de Cumprimento	662
3. Sentença Declaratória e Execução Forçada.....	662
4. Sentença Homologatória	663
5. Acordo Extrajudicial Homologado Judicialmente	663

6. Formal e Certidão de Partilha.....	663
7. Crédito do Auxiliar da Justiça Aprovado Judicialmente.....	663
8. Sentença Penal Condenatória	663
9. Sentença Arbitral.....	664
10. Sentença e Decisão Interlocutória Estrangeira	664
11. Ausência de Reexame Necessário e Nulidade do Título	665
12. Interpretação do Título Judicial	665
13. Ordem de Citação	665
Art. 516	665
1. Competência.....	665
2. Conexão de Cumprimentos de Sentença.....	665
3. Conexão e Tutela Coletiva.....	665
4. Tribunal Marítimo	666
Art. 517	666
1. Protesto do Título Judicial.....	666
2. Protesto e Requisitos do Título Judicial	666
3. Cancelamento do Protesto e Garantia do Juízo.....	666
Art. 518	667
1. Competência para o Conhecimento das Questões da Execução	667
2. Atos Praticados em Razão de Carta ou de Auxílio Direto.....	667
Art. 519	667
1. Regime das Tutelas Provisórias.....	667
2. Tutela Provisória e Garantia de Efetividade da Prestação Jurisdicional	667

Capítulo II

DO CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA

Art. 520	667
1. Cumprimento Imediato da Decisão Provisória.....	668
2. Espécies de Decisões Passíveis de Cumprimento Imediato na Pendência de Recurso Não Recebido com Efeito Suspensivo.....	668
3. Cumprimento do Mesmo Modo que o Definitivo	668
4. Regime.....	669
5. Iniciativa e Responsabilidade do Demandante	669
6. Restituição ao Estado Anterior e Dever de Reparar o Dano.....	669
7. Caução Suficiente e Idônea	670
8. Multa Sancionatória de 10% (Dez por Cento) na Execução de Decisão Provisória (art. 523, § 1.º, CPC)	670
9. Cumprimento Provisório de Sentença e Honorários Advocatícios	671
Art. 521	671
1. Dispensa de Caução	671
2. Dispensa de Caução e Valores Incontroversos.....	672

Art. 522	672
1. Instrução do Requerimento.....	672
2. Outros Documentos Obrigatórios	672

Capítulo III

DO CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA

1. Cumprimento de Prestação Pecuniária.....	673
2. Restrição a Direitos e Cumprimento de Sentença que Impõe Prestação Pecuniária	673

Art. 523	673
-----------------------	-----

1. Requerimento de Execução.....	673
2. Admissão da Execução	673
3. Cabimento de Honorários de Advogado na Fase de Cumprimento da Sentença por Execução Forçada.....	674
4. Pagamento Voluntário.....	674
5. Prazo para pagamento voluntário	674
6. Prazo para Pagamento Voluntário e Executado Assistido pela Defensoria Pública	675
7. Intimação para Pagamento.....	675
8. Multa Punitiva	675
9. Pagamento em Face de Decisão Definitiva e Pagamento em Face de Decisão Provisória	676
10. Pagamento Parcial.....	676
11. Seguimento para Execução.....	676
12. Penhora <i>On-line</i>	676
13. Preferência da Penhora <i>On-line</i> sobre Todas as Outras Formas de Penhora	677
14. Avaliação.....	677

Art. 524	677
-----------------------	-----

1. Requerimento de Execução.....	678
2. Demonstrativo de Crédito.....	678
3. Contador do Juízo	678
4. Intimação do Credor	678
5. Litígio sobre o Valor da Execução.....	679
6. Dados Existentes.....	679
7. Justificativa.....	679
8. Presunção de Correção dos Cálculos	679

Art. 525	680
-----------------------	-----

1. Defesa do Executado	681
2. Impugnação	681
3. Legitimidade	681
4. Dispensa de Prévia Segurança do Juízo.....	682
5. Matérias	682
6. Inexistência ou Invalidade da Citação.....	682
7. Ilegitimidade das Partes	682
8. Inexequibilidade do Título ou Inexigibilidade da Obrigação	683
9. Ausência de Reexame Necessário e Nulidade do Título.....	683

10. Penhora Incorreta ou Avaliação Errônea	683
11. Excesso de Execução	683
12. Incompetência Relativa ou Absoluta	684
13. Causa Impeditiva, Modificativa ou Extintiva da Obrigação Superveniente à Sentença....	684
14. Inexigibilidade da Obrigação e Controle de Constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal	684
15. Inexigibilidade de Obrigação e ADIn 2.418/DF	687
16. Recebimento e Rejeição	687
17. Efeito Suspensivo.....	688
18. Relevantes Fundamentos	688
19. Manifestamente Suscetível.....	688
20. Grave Dano de Difícil ou Incerta Reparação	688
21. Penhora, Depósito ou Caução Suficientes	689
22. Decisão	689
23. Suspensão Total e Suspensão Parcial.....	689
24. Modulações do Efeito Suspensivo.....	689
25. Prosseguimento da Execução	690
26. Procedimento.....	690
27. Decisão Final	690
28. Apelação e Agravo de Instrumento.....	691
29. Coisa Julgada e Preclusão	691
30. Defesa Ulterior no Cumprimento de Sentença	691
31. Exceção de Pré-executividade.....	691
Art. 526	692
1. Cumprimento Espontâneo e Depósito Judicial	692
Art. 527	693
1. Cumprimento Provisório de Sentença.....	693

Capítulo IV

DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS

Art. 528	693
1. Alimentos	694
2. Técnicas Processuais Executivas para Tutela do Direito aos Alimentos	694
3. Título Executivo	695
4. Requerimento do Credor	695
5. Citação do Executado	695
6. Impossibilidade de Pagamento.....	695
7. Prisão Civil.....	696
8. Prazo da Prisão.....	696
9. Prisão Civil e Prisão Domiciliar.....	697
10. Prisão Civil e Acordo Celebrado em Ação de Alimentos	697
11. Prisão Civil e Pagamento Parcial do Débito.....	697

12. Protesto.....	697
13. Expropriação.....	697
14. Cumprimento por Expropriação e Oferecimento de Impugnação.....	697
15. Cumprimento de Decisão Provisória de Prestação Alimentar	698
16. Competência.....	698
17. Execução de Honorários como Prestação Alimentar	698
Art. 529.....	698
1. Desconto em Folha	699
2. Dever de Terceiros.....	699
3. Desconto em Renda	699
Art. 530.....	699
1. Execução por Expropriação.....	699
Art. 531	699
1. Regime Comum a Alimentos Definitivos e Provisórios.....	700
Art. 532.....	700
1. Conduta Procrastinatória	700
Art. 533.....	700
1. Técnicas Processuais e Prestação de Alimentos.....	700
2. Constituição de Capital.....	701
3. Folha de Pagamento, Fiança Bancária ou Garantia Real.....	701
4. Condições Econômicas	701
5. Salário Mínimo	702
6. Cessação da Obrigação.....	702
7. Outras Técnicas Disponíveis aos Alimentos Cíveis	702

Capítulo V

DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA PELA FAZENDA PÚBLICA

Art. 534.....	702
1. Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública.....	702
2. Execução contra a Fazenda Pública como Execução de Crédito contra a Fazenda Pública ..	703
3. Título Executivo Judicial e Título Executivo Extrajudicial. Pode-se Efetivar, contra a Fazenda Pública, Tanto Títulos Judiciais como Extrajudiciais	703
4. Cumprimento contra a Fazenda Pública de Decisão Definitiva e Cumprimento contra a Fazenda Pública de Decisão Provisória.....	703
5. Requerimento	704
6. Litisconsórcio Ativo.....	704
7. Multa Sancionatória	704
8. Consectários da Condenação e Fazenda Pública	704
Art. 535.....	705
1. Intimação para Oposição de Impugnação.....	706

2. Impugnação à Execução da Fazenda Pública e Ausência de Outorga de Efeito Suspensivo	706
3. Embargos à Execução e Parcela Incontroversa do Crédito Exequendo	707
4. Pedido de Cumprimento Não Impugnado e Honorários de Sucumbência	707
5. Natureza da Atividade do Presidente do Tribunal	707
6. Precatório.....	708
7. Precatório Alimentar.....	708
8. Débitos de Natureza Alimentícia	708
9. Precatório Complementar	708
10. Ausência de Pagamento de Precatório	709
11. Crédito de Pequeno Valor.....	709
12. Preferência e Sequestro.....	710
13. Alegação de Excesso de Execução	710
14. Inexigibilidade da Obrigação e Controle de Constitucionalidade	710
15. Inexigibilidade do Título e ADIn 2.418/DF	713

Capítulo VI

DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, DE NÃO FAZER OU DE ENTREGAR COISA

Seção I

Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Fazer ou de Não Fazer

Art. 536	713
1. Tutela Específica e Resultado Prático Equivalente	714
2. Poder Executivo e Medidas Necessárias	714
3. Prisão Civil. STF	714
4. Prisão Civil.....	715
5. Controle do Poder Executivo do Juiz	716
6. Quebra da Congruência Entre o Pedido e a Sentença	717
7. Alteração da Sentença na Fase de Cumprimento.....	717
8. Defesa do Demandado	717
9. Intervenção Judicial.....	718
10. Litigância de Má-fé e Sanção Criminal.....	718
11. Deveres de Fazer e Não Fazer.....	718
Art. 537	718
1. Multa Coercitiva	719
2. Cabimento da Multa	719
3. Imposição de Multa contra a Fazenda Pública.....	719
4. Multa de Ofício ou a Requerimento	720
5. Multa Fixa, Multa Periódica, Multa Progressiva	720
6. Adequação do Valor da Multa	720
7. Beneficiário da Multa	720
8. Momento a Partir do Qual a Multa se Torna Eficaz e Momento a Partir do Qual Pode Ser Executada	721

9. Realização da Multa.....	721
10. Possibilidade de Revisão do Valor da Multa.....	721
11. Cumulação da Indenização com a Multa.....	722

Seção II

Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Entregar Coisa

Art. 538.....	722
1. Busca e Apreensão e Imissão na Posse	722
2. Multa Coercitiva e Medidas Necessárias	723
3. Súmula 500, STF	723
4. Adequação das Medidas Executivas	723
5. Localização da Coisa.....	723
6. Busca e Apreensão, Imissão na Posse, Multa Coercitiva e Medidas Necessárias contra a Fazenda Pública	723
7. Controle do Poder Executivo do Juiz.....	723
8. Direito de Retenção	724
9. Defesa do Demandado	724

TÍTULO III

DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

1. Procedimentos Especiais.....	725
2. Procedimentos Especiais no Código Buzaid.....	725
3. Procedimentos Especiais Depois das Reformas de 1994 e no Código de 2015	725
4. Negócios Processuais e Procedimentos Específicos	725

Capítulo I

DA AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

Art. 539.....	725
1. Ação de Consignação em Pagamento	726
2. Direito Civil.....	726
3. Locações	726
4. Direito Tributário.....	726
5. Cognição na Ação de Consignação em Pagamento	726
6. Objeto da Prestação	727
7. Facultatividade.....	727
8. Legitimidade Ativa	727
9. Legitimidade Passiva.....	727
10. Momento para Consignação	728
11. Depósito Bancário	728

Art. 540	728
1. Competência.....	728
2. Cessação dos Juros e dos Riscos	728
Art. 541	728
1. Prestações Periódicas.....	728
2. Data do Vencimento	729
3. Trânsito em Julgado	729
Art. 542	729
1. Depósito	729
2. Depósito na Consignatória de Aluguéis	729
3. Dispensa do Depósito	730
4. Discussão sobre o Conteúdo das Prestações.....	730
Art. 543	730
1. Direito de Escolha.....	730
Art. 544	730
1. Prazo.....	730
2. Matéria	730
3. Revelia	731
Art. 545	731
1. Depósito Insuficiente.....	731
2. Parcela Incontroversa	732
3. Título Executivo	732
Art. 546	732
1. Despesas Processuais.....	732
2. Reconhecimento Jurídico do Pedido	732
Art. 547	732
1. Dúvida sobre Quem Deva Legitimamente Receber	733
2. Credor de Um dos Credores.....	733
Art. 548	733
1. Duas Fases	733
2. Primeira Fase	733
3. Segunda Fase	734
Art. 549	734
1. Resgate do Aforamento.....	734

Capítulo II

DA AÇÃO DE EXIGIR CONTAS

Art. 550	734
1. Ação para Tomar Contas	735

2. Dever de Prestar Contas	735
3. Quitação	735
4. Fases	735
5. Consórcio.....	735
6. Conta-Corrente	735
7. Ação de Exigir Contas e Contrato de Mútuo e Financiamento	736
8. Cooperativa.....	736
9. Ex-Prefeito	736
10. Inventariante.....	736
11. Sócio-Gerente.....	736
12. Petição Inicial da Ação de Exigir Contas	736
13. Apresentação de Contas	737
14. Contestação	737
15. Contestação e Apresentação de Contas	737
16. Revelia	737
17. Procedimento.....	737
18. Decisão da Primeira Fase.....	738
19. Contraditório sobre as Contas.....	738
20. Sentença da Segunda Fase.....	738
21. Provas Contábeis na Segunda Fase e Recurso	738
22. Despesas Processuais.....	738
23. Ação de Exigir Contas e Revisão de Cláusula Contratual.....	738
Art. 551	739
1. Forma Adequada.....	739
2. Documentos Justificativos.....	739
3. Contas do Autor.....	739
Art. 552.....	739
1. Título Executivo	739
Art. 553.....	739
1. Inadimplemento	739

Capítulo III DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS

Seção I Disposições Gerais

Art. 554.....	740
1. Ações Possessórias.....	740
2. Ação de Reintegração de Posse e Ação de Imissão de Posse	741
3. Ação de Reintegração de Posse, Ação Reivindicatória e Ação de Imissão de Posse.....	741
4. Fungibilidade Entre as Tutelas Possessórias.....	742

5. Conflito Coletivo Possessório	742
6. Ação Possessória e Desconstituição de Contrato	742
7. Ação Possessória e Exclusão de Compossuidor	742
8. Legitimidade dos Herdeiros para a Ação Possessória	743
9. Competência Para Ações Possessórias	743
10. Ações possessórias e função social da propriedade	743
Art. 555	743
1. Cumulação de Pedidos	743
2. Pedido de Desfazimento de Construção ou Plantação	744
3. Medidas Indutivas para Dar Cumprimento à Ordem Possessória	744
4. Modalidades Executivas para a Inibição de Novo Esbulho ou Turbação	744
5. Modalidades Executivas para o Desfazimento de Construção ou Plantação Feita em Detrimento da Posse	744
6. Dever de Custeio das Despesas para o Desfazimento e Meio Executivo para a Sua Imposição	744
7. Utilidade do Desfazimento da Construção ou da Plantação	745
8. Tutela Definitiva da Parte Incontroversa da Demanda e Cumulação do Pedido Possessório com o Pedido de Perdas e Danos.....	745
Art. 556	745
1. Viabilidade de se Requerer Tutelas Possessória e Ressarcitória na Própria Contestação ...	745
2. Tutelas de Reintegração de Posse e de Ressarcimento dos Frutos Demandadas na Contestação	745
Art. 557	746
1. Exceção de Domínio na Pendência do Juízo Possessório.....	746
2. Razão de Ser da Proibição da Discussão do Domínio nas Ações Possessórias	746
3. Constitucionalidade da Proibição da Discussão do Domínio na Pendência da Ação Possessória.....	747
4. Aplicabilidade da Súmula 487, STF	747
5. Ação Possessória e Oposição	747
Art. 558	747
1. Procedimento Possessório e Tutela Possessória.....	747
2. Procedimento Especial para a Tutela Possessória.....	747
3. Mais de Ano e Dia e Utilização das Técnicas Processuais dos Arts. 550 a 552, CPC.....	748
4. Tutela Antecipatória em Caso de Mais de Ano e Dia.....	748
5. Contagem do Prazo de Ano e Dia e Possuidor Ausente.....	748
6. Atos Preparatórios, Consumação do Esbulho e Contagem do Prazo de Ano e Dia	749
Art. 559	749
1. Pedido ao Juiz para que Ordene ao Autor que Requeira Caução	749
2. Pedido nos Autos da Ação Possessória.....	749
3. Caráter Assecuratório da Medida.....	749
4. Momento do Requerimento.....	749
5. Caução Real e Fidejussória.....	749
6. Hipossuficiência Econômica.....	749

Seção II

Da Manutenção e da Reintegração de Posse

Art. 560	750
1. Manutenção e Reintegração de Posse	750
2. Composse	750
3. Detenção.....	750
4. Servidão de Trânsito e Proteção Possessória	750
5. Tutela Possessória e Bens Imateriais	750
6. Reintegração de Posse e <i>Leasing</i>	751
7. Reintegração de Posse, <i>Leasing</i> e Cláusula Resolutiva Expressa	751
8. Reintegração de Posse, <i>Leasing</i> e Necessidade de Notificação	751
9. <i>Leasing</i> e Descabimento de Ação de Reintegração de Posse.....	751
Art. 561	752
1. Ação Fundada na Posse	752
2. Prova da Posse	752
3. Turbação ou Esbulho	753
4. Data da Turbação ou do Esbulho	753
5. Contagem do Prazo de Ano e Dia e Possuidor Ausente	753
6. Atos Preparatórios, Consumação do Esbulho e Contagem do Prazo de Ano e Dia	753
7. Atos Repetitivos, Turbação e Contagem do Prazo de Ano e Dia	753
8. Notificação Prévia e Ação Possessória	753
Art. 562	753
1. Petição Inicial Devidamente Instruída e Dever de Concessão de Tutela Possessória Antecipada.....	753
2. Tutela Antecipada na Ação de Reintegração de Posse Fundada no Art. 552, CPC	754
3. Designação de Audiência de Justificação	754
4. Não Designação de Audiência de Justificação.....	754
5. Citação do Réu para Comparecer à Audiência.....	755
6. Forma de Participação do Réu na Audiência.....	755
7. Prazo para o Réu Contestar	755
8. Pessoa Jurídica de Direito Público e Necessidade de Audiência Prévia.....	755
9. Prazo para a Pessoa Jurídica de Direito Público se Pronunciar	755
10. Pessoa Jurídica de Direito Público	755
Art. 563	755
1. Suficiência da Justificação	755
2. Mandado de Manutenção e Mandado de Reintegração.....	756
3. Aplicabilidade dos Arts. 536 e 538, CPC, na Execução da Manutenção e da Reintegração ...	756
Art. 564	756
1. Necessidade da Intimação do Autor, Acerca da Decisão sobre a Tutela Antecipatória, para a Fluência do Prazo de Cinco Dias	756
2. Promoção da Citação	756

Art. 565	756
1. Conflito Coletivo Possessório	757
2. Liminar e Mediação Prévia	757
3. Participação do Ministério Público e da Defensoria Pública	757
4. Inspeção Judicial	757
5. Participação dos Órgãos de Política Agrária e Política Urbana	757
6. Conflitos Coletivos sobre Propriedade de Imóvel	757
Art. 566	757
1. Aplicabilidade dos Arts. 550 a 552, CPC	757

Seção III

Do Interdito Proibitório

Art. 567	758
1. Tutela Inibitória Possessória	758
2. Justo Receio	758
3. Repetição de Moléstia da Posse	758
4. Multa como Meio Executivo	758
5. Interdito Proibitório e Tutela Inibitória na Proteção de Bem Imaterial	758
Art. 568	758
1. Aplicabilidade das Normas da Seção Antecedente ao Interdito Proibitório	758

Capítulo IV

DA AÇÃO DE DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES

Seção I

Disposições Gerais

Art. 569	759
1. Ação de Demarcação	759
2. Ação de Divisão	759
3. Duplicidade	759
4. Perpetuidade	759
5. Total ou Parcial	759
6. Terras Particulares	760
7. Ação Demarcatória e Ação Reivindicatória	760
8. Ação Demarcatória e Ação Possessória	760
Art. 570	760
1. Cumulação	760
Art. 571	761
1. Demarcação e Divisão Extrajudiciais	761
Art. 572	761
1. Terceiros	761

2. Tutela Específica e Tutela pelo Equivalente Monetário 761

3. Cumulação Alternativa 762

4. Litispendência 762

5. Trânsito em Julgado 762

6. Denúnciação da Lide 762

Art. 573..... 762

1. Dispensa da Prova Pericial..... 762

Seção II

Da Demarcação

Art. 574..... 762

1. Competência..... 763

2. Legitimação 763

3. Causa de Pedir..... 763

4. Pedido..... 763

5. Valor da Causa 763

6. Documentos Necessários 763

Art. 575..... 764

1. Qualquer Condômino..... 764

2. Litisconsórcio 764

Art. 576..... 764

1. Citação..... 764

2. Citação por Edital 764

Art. 577 764

1. Prazo..... 764

2. Prazo em Dobro 764

Art. 578..... 764

1. Contestação 764

2. Procedimento..... 765

Art. 579..... 765

1. Perícia 765

2. Assistentes Técnicos..... 765

Art. 580..... 765

1. Laudo Pericial 765

2. Laudo dos Assistentes 766

Art. 581..... 766

1. Sentença de Procedência 766

2. Sentença de Improcedência..... 766

3. Efeito Anexo da Sentença de Procedência 766

Art. 582..... 766

1. Trânsito em Julgado 766

2. Cumprimento de Sentença 766

Art. 583	766
1. Cadernetas de Operações de Campo e Memorial Descritivo	767
Art. 584	767
1. Marcos	767
Art. 585	767
1. Relatório	767
2. Peritos e Agrimensor	767
Art. 586	767
1. Manifestação das Partes	768
2. Decisão	768
3. Auto de Demarcação	768
Art. 587	768
1. Sentença Homologatória da Demarcação	768

Seção III Da Divisão

Art. 588	768
1. Competência	768
2. Legitimação	769
3. Causa de Pedir	769
4. Pedido	769
5. Cumulação	769
6. Valor da Causa	769
7. Documentos Necessários	769
8. Ação Divisória e Composse	769
Art. 589	769
1. Citação	769
2. Citação por Edital	770
3. Prazo	770
4. Prazo em Dobro	770
5. Contestação	770
6. Procedimento	770
7. Sentença de Procedência	770
Art. 590	770
1. Cumprimento da Sentença	770
2. Elementos do Laudo Pericial	770
Art. 591	771
1. Pedido de Constituição dos Quinhões	771
Art. 592	771
1. Oitiva das Partes	771
Art. 593	771
1. Linha do Perímetro	771
2. Benfeitorias Permanentes	771

Art. 594	771
1. Terceiros	772
2. Tutela Específica e Tutela pelo Equivalente Monetário	772
3. Cumulação Alternativa	772
4. Litispendência	772
5. Trânsito em Julgado	772
6. Denúnciação da Lide	772
Art. 595	773
1. Proposta de Divisão.....	773
Art. 596	773
1. Oitiva das Partes.....	773
2. Cumprimento	773
Art. 597	773
1. Auto de Divisão	774
2. Folha de Pagamento.....	774
3. Sentença Homologatória da Divisão	774
Art. 598	774
1. Aplicação Subsidiária	774

Capítulo V

DA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE

Art. 599	774
1. Medidas Disciplinadas por Este Capítulo	775
2. Fundamentos da Dissolução.....	775
3. Direito de Retirada.....	775
4. Exclusão do Sócio	775
5. Morte do Sócio	775
6. Entidades que Podem Utilizar da Ação de Dissolução Parcial de Sociedade	776
7. Prescrição.....	776
Art. 600	776
1. Legitimidade Ativa	776
2. Herdeiro Necessário e Pagamento das Quotas do Acervo Hereditário	776
3. Óbito do Sócio.....	776
4. Retirada	777
5. Exclusão.....	777
6. Apuração de Haveres	777
Art. 601	777
1. Legitimidade Passiva	777
2. Ação Proposta pela Sociedade	777
3. Prazo para a Resposta dos Réus	777
Art. 602	777
1. Pedido de Compensação	777

Art. 603	778
1. Resposta dos Réus	778
2. Concordância na Dissolução	778
3. Procedimento a Ser Observado	778
4. Controvérsia sobre o Valor dos Haveres	778
5. Despesas Processuais e Controvérsia sobre a Dissolução	778
Art. 604	779
1. Sentença de Procedência	779
2. Parte Incontroversa	779
Art. 605	779
1. Data da Dissolução Parcial	779
Art. 606	780
1. Critérios para Apuração de Haveres	780
2. Perito	780
3. Juros de mora	780
4. Juros de mora e sociedade anônima	780
5. Mora da sociedade	780
Art. 607	780
1. Alteração dos Critérios para Apuração de Haveres	780
Art. 608	780
1. Valores Devidos	781
Art. 609	781
1. Pagamento dos Haveres	781

Capítulo VI DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA

Seção I Disposições Gerais

Art. 610	781
1. Inventário e Partilha	781
2. Espécies	781
3. Inventário Judicial	781
4. Inventário Extrajudicial	782
5. Inventário Extrajudicial e Testamento	782
6. Foro do Inventário e da Partilha	782
7. Inventário e Litispendência	783
Art. 611	783
1. Abertura do Inventário	783
2. Sanção	783
3. Encerramento do Inventário	783
4. Participação do Ministério Público	783
5. Interrupção da Prescrição	784

Art. 612	784
1. Juízo Universal	784
2. Cognição Plena e Exauriente <i>Secundum Eventum Probationis</i>	784
3. Decisão	785
Art. 613	785
1. Administrador Provisório.....	785
2. Herdeiros	785
Art. 614	785
1. Direitos, Deveres e Responsabilidade	786

Seção II

Da Legitimidade para Requerer o Inventário

Art. 615	786
1. Legitimidade	786
2. Documento Necessário	786
Art. 616	786
1. Legitimidade Concorrente.....	786

Seção III

Do Inventariante e das Primeiras Declarações

Art. 617	787
1. Inventariante.....	787
2. Compromisso	787
3. Decisão	788
4. Término da representação do inventariante	788
Art. 618	788
1. Atribuições.....	788
2. Inventariante e Direito a Voto em Assembleia Geral de Sociedade	788
Art. 619	788
1. Ouvidos os Interessados e com Autorização do Juiz.....	789
2. Despesas com o Inventário	789
Art. 620	789
1. Primeiras Declarações	790
2. Relação Patrimonial.....	790
3. Determinações Judiciais	790
4. Declaração por Petição	791
Art. 621	791
1. Sonegação ao Inventariante.....	791
2. Ação de Sonegados	791
Art. 622	791
1. Remoção do Inventariante	791
Art. 623	792
1. Processo Justo.....	792

2. Decisão	792
Art. 624	792
1. Nova Nomeação	792
Art. 625	792
1. Entrega de Bens	793

Seção IV

Das Citações e das Impugnações

Art. 626	793
1. Litisconsórcio Necessário	793
2. Testamenteiro	793
3. Citações	793
Art. 627	794
1. Manifestação das Partes	794
2. Erros, Omissões e Sonegações de Bens	794
3. Nomeação do Inventariante	794
4. Qualidade de Herdeiro	794
5. Colações	794
6. Reserva de Bens	795
7. Decisão	795
Art. 628	795
1. Exame do Pedido	795
2. Não Obsta o Andamento do Inventário	796
Art. 629	796
1. Fazenda Pública	796
2. Reserva de Bens	796

Seção V

Da Avaliação e do Cálculo do Imposto

Art. 630	796
1. Avaliação	796
2. Assistentes Técnicos	796
Art. 631	796
1. Laudo de Avaliação e Nova Avaliação	796
Art. 632	797
1. Carta Precatória	797
Art. 633	797
1. Dispensa de Avaliação	797
Art. 634	797
1. Avaliação da Fazenda Pública	797
Art. 635	797
1. Laudo de Avaliação	797

2. Manifestação das Partes 797

3. Impugnação 797

Art. 636..... 798

1. Últimas Declarações..... 798

Art. 637..... 798

1. Alíquota 798

2. Cálculo do Imposto 798

3. Correção Monetária 798

4. Isenção 798

5. Honorários de Advogado 798

6. Morte Presumida 798

7. Nova Avaliação 798

8. Promessa de Compra e Venda 799

Art. 638..... 799

1. Decisão 799

2. Exigibilidade 799

3. Responsabilidade Tributária e Encerramento do Inventário 799

Seção VI
Das Colações

Art. 639..... 799

1. Colação 799

2. Avaliação..... 799

3. Ministério Público 800

Art. 640..... 800

1. Renúncia ou Exclusão de Herdeiros 800

2. Parte Inoficiosa 800

Art. 641 801

1. Oposição 801

2. Decisão 801

3. Sequestro 801

Seção VII
Do Pagamento das Dívidas

Art. 642..... 801

1. Pagamento das Dívidas 802

2. Habilitação 802

3. Expropriação..... 802

4. Fazenda Pública 802

5. Partilha Homologada Antes do Julgamento da Habilitação de Crédito 802

Art. 643..... 803

1. Meios Ordinários 803

2. Reserva de Bens 803

Art. 644	803
1. Dívida Ainda Inexigível	803
Art. 645	803
1. Legatário.....	803
Art. 646	804
1. Penhora.....	804

Seção VIII Da Partilha

Art. 647	804
1. Partilha	804
2. Bens Remotos, Litigiosos ou de Liquidação Morosa ou Difícil.....	804
3. Partilha em Vida	804
4. Decisão	805
5. Fruição provisória de bem.....	805
Art. 648	805
1. Critérios para a Partilha Judicial ou Amigável	805
Art. 649	805
1. Partilha de Bens que Não Admitam Divisão Cômoda	805
Art. 650	805
1. Quinhão Devido a Nascituro	805
Art. 651	806
1. Esboço da Partilha	806
Art. 652	806
1. Intimação.....	806
2. Decisão	806
Art. 653	806
1. Partilha Definitiva.....	806
Art. 654	806
1. Tributos	807
2. Homologação da Partilha.....	807
3. Sobrepartilha	807
4. Anulação e Rescisão da Partilha	807
5. Petição de Herança.....	807
Art. 655	807
1. Trânsito em Julgado	807
2. Formal de Partilha.....	807
Art. 656	807
1. Emenda da Partilha.....	808
Art. 657	808
1. Ação Anulatória de Partilha	808

2. Legitimidade	808
3. Prazo.....	808
Art. 658.....	809
1. Ação Rescisória de Partilha	809
2. Legitimidade	809
3. Prazo.....	809

Seção IX Do Arrolamento

Art. 659.....	809
1. Arrolamento Sumário	810
2. Prova da Quitação dos Tributos.....	810
3. Homologação da Partilha.....	811
4. Desconstituição de Partilha Homologada em Arrolamento.....	811
Art. 660.....	811
1. Petição Inicial.....	811
Art. 661.....	811
1. Dispensa de Avaliação.....	811
Art. 662.....	812
1. Cognição Parcial.....	812
2. Contraditório Eventual.....	812
Art. 663.....	812
1. Credores do Espólio.....	813
Art. 664.....	813
1. Arrolamento Sumaríssimo	813
2. Ministério Público	813
3. Cognição Parcial e Exauriente <i>Secundum Eventum Probationis</i>	813
Art. 665.....	814
1. Arrolamento Sumaríssimo e Interesse de Incapazes	814
Art. 666.....	814
1. Pagamento de Valores Independentemente de Inventário ou Arrolamento.....	814
Art. 667.....	814
1. Aplicação Subsidiária.....	814

Seção X Das Disposições Comuns a Todas as Seções

Art. 668.....	814
1. Eficácia da Tutela Cautelar.....	814
2. Extinção do Inventário com ou sem Resolução de Mérito	815
Art. 669.....	815
1. Sobrepartilha	815

2. Espólio.....	815
3. Prescrição.....	815
Art. 670	816
1. Processo de Inventário e Partilha	816
2. Sobrepartilha e Tributos	816
Art. 671	816
1. Curador Especial.....	816
2. <i>Mínus</i> Público	816
Art. 672	817
1. Herdeiros de Ambos os Cônjuges Falecidos Forem os Mesmos.....	817
2. Morte de Herdeiro que Não Possui Outros Bens Além de seu Quinhão na Herança	817
Art. 673	817
1. Desnecessidade de Sobrepartilha.....	817

Capítulo VII DOS EMBARGOS DE TERCEIRO

Art. 674	817
1. Embargos de Terceiro.....	818
2. Terceiro	818
3. Constrição Judicial	819
4. Fraude contra Credores	819
5. Cônjuge	819
6. União Estável.....	819
7. Filho	820
8. Meação	820
9. Sócio-Gerente.....	820
10. Pré-Contrato	820
11. Contrato Particular de Permuta e Cessão de Direitos sem Registro	820
12. Doação Verbal.....	820
13. Entes Cadastrais	821
14. Desapropriação	821
15. Benfeitorias.....	821
16. Sentença Transitada em Julgado sem Registro	821
17. Divisão e Demarcação	821
18. Hipoteca e Penhor.....	821
19. Anticrese	822
20. Alienação Fiduciária	822
Art. 675	822
1. Processo de Conhecimento	822
2. Fase de Conhecimento e Fase de Cumprimento	823
3. Fase de Conhecimento e Fase de Cumprimento	823
4. Processo de Execução	823
5. Tutela de Urgência	823
6. Procedimentos Especiais.....	823

7. Apreensão Criminal.....	824
8. Tutela Jurisdicional Diferenciada e Tutela Jurisdicional Comum	824
9. Terceiro e Intimação Pessoal	824
10. Prazo de Embargos de Terceiro e Fraude à Execução	824
11. Prazo e Preclusão.....	824
Art. 676.....	824
1. Competência.....	825
2. Juízo Deprecante e Juízo Deprecado.....	825
3. Competência Delegada	825
Art. 677	826
1. Prova Sumária da Posse	826
2. Prova da Qualidade de Terceiro	826
3. Documentos e Rol de Testemunhas.....	826
4. Valor da Causa	826
5. Legitimidade Passiva para os Embargos de Terceiro	827
Art. 678.....	827
1. Antecipação de Tutela	827
2. Decisão	827
3. Técnicas Processuais para o Cumprimento da Decisão Antecipatória.....	827
4. Suspensão do Processo Principal	827
5. Duração do Período de Suspensão.....	828
6. Decisão	828
7. Caução.....	828
Art. 679.....	828
1. Contestação	828
2. Procedimento.....	828
Art. 680.....	829
1. Matéria de Contestação	829
Art. 681	829
1. Sentença	829
2. Honorários Advocatícios.....	829

Capítulo VIII DA OPOSIÇÃO

Art. 682.....	830
1. Oposição.....	830
2. Oposição Sucessiva	830
3. Momento para Oposição.....	830
Art. 683.....	830
1. Petição Inicial.....	831
2. Distribuição e Citação.....	831
3. Resposta dos Opostos.....	831
Art. 684.....	831
1. Reconhecimento do Pedido.....	831

Art. 685	831
1. Oposição Antes da Audiência de Instrução e Julgamento	831
2. Oposição Depois da Audiência de Instrução e Julgamento	831
Art. 686	832
1. Oposição e Prejudicialidade	832

Capítulo IX DA HABILITAÇÃO

Art. 687	832
1. Habilitação	832
2. Habilitação no Processo e Dispensa Administrativa	832
3. Habilitação e pessoas jurídicas	833
Art. 688	833
1. Legitimidade	833
Art. 689	833
1. Habilitação como Processo Autônomo	833
2. Causa no Tribunal	833
Art. 690	833
1. Petição Inicial	833
2. Citação	834
3. Manifestação da Parte Contrária	834
Art. 691	834
1. Não Impugnação	834
2. Procedimento	834
3. Sentença	835
Art. 692	834
1. Retomada do Curso da Causa Principal	834

Capítulo X DAS AÇÕES DE FAMÍLIA

Art. 693	834
1. Legislação Própria	835
Art. 694	835
1. Prioridade da Solução Consensual	835
2. Suspensão do Processo	835
Art. 695	835
1. Citação dos Réus	836
2. Renúncia Prévia à Mediação ou à Conciliação	836
Art. 696	836
1. Sessões de Mediação e Conciliação	836
2. Requerimentos de tutelas provisórias	836

Art. 697	836
1. Resposta do Réu	836
2. Rito	837
Art. 698	837
1. Intervenção do Ministério Público	837
2. Violência doméstica e familiar	837
Art. 699	837
1. Depoimento de Incapaz	837

Capítulo XI DA AÇÃO MONITÓRIA

Art. 700	837
1. Procedimento Monitório	838
2. Fundamento do Procedimento Monitório	838
3. Pagamento de Soma em Dinheiro, Entrega de Coisa Fungível ou Infungível ou de Bem Móvel ou Imóvel ou Ainda Prestação de Fazer ou Não Fazer	838
4. Procedimento Monitório e Fazenda Pública	838
5. Título Executivo e Inadmissibilidade da Ação Monitória	838
6. Existência de Prova Escrita e Admissibilidade do Uso do Procedimento Comum	839
7. Conceito de Prova Escrita	839
8. Prova Escrita Composta por Dois ou Mais Escritos	840
9. Documento Particular	840
10. Conta-Corrente	840
11. Cheque Prescrito	840
12. Correio Eletrônico	841
13. Duplicata sem aceite	841
14. Bem Alienado Fiduciariamente	841
15. Requisitos da Petição Inicial	841
16. Fungibilidade	841
17. Citação com Hora Certa	841
18. Citação por Edital	841
19. Ação Monitória, Correção Monetária e Juros de Mora	841
20. Ação Monitória e Prescrição	841
Art. 701	842
1. Diferença Entre Prova Escrita, Prova Suficiente para a Tutela Antecipatória e Prova Suficiente para a Improcedência dos Embargos ao Mandado	842
2. Petição Inicial Devidamente Instruída com Prova Escrita	843
3. Suficiência de Convicção de Probabilidade e de Cognição Sumária	843
4. Decisão que Defere o Mandado	843
5. Deferimento da Expedição do Mandado e Determinação da Citação do Devedor	843
6. Atitudes do Devedor Após a Expedição do Mandado	843
7. Estímulo ao Cumprimento do Mandado	843
8. Inércia do Réu e Formação do Título Executivo	844
9. Não Oposição dos Embargos ao Mandado, Multa do Art. 502, § 1.º, CPC, e Honorários de Advogado	844

10. Mandado Definitivo e Ação Rescisória	844
Art. 702	844
1. Apresentação de Embargos ao Mandado e Obstaculização da Execução	845
2. Embargos com Cognição Exauriente	845
3. Cognição <i>Exauriente Secundum Eventum Defensionis</i>	845
4. Procedimento Monitório Viabiliza a Ampla Defesa	845
5. Reconvenção	845
6. Tutela Antecipatória em Caso de Embargos Infundados	846
7. Tutela Antecipatória em Caso de Receio de Dano	846
8. Execução Imediata no Caso de Improcedência dos Embargos ao Mandado	847
9. Efeito Suspensivo da Apelação e Ação Monitória	847
10. Prescrição da Fase Executiva da Ação Monitória	848
11. Procedência do Pedido Monitório, Multa do art. 520, § 1.º, CPC, e Honorários de Advogado.....	848
12. Conteúdo da Impugnação	848
13. Alegação de Excesso de Execução	848
14. Ação Monitória contra a Fazenda Pública e Reexame Necessário.....	848
15. Parcelamento e ação monitória.....	848

Capítulo XII

DA HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL

Art. 703	849
1. Homologação de Penhor Legal	849
2. Penhor Legal.....	849
3. Ato Contínuo.....	849
4. Petição Inicial.....	850
5. Homologação Extrajudicial.....	850
Art. 704	850
1. Defesa	850
2. Dívida Compreendida Entre as Previstas em Lei.....	850
3. Bens Sujeitos a Penhor Legal	850
Art. 705	850
1. Procedimento.....	850
Art. 706	851
1. Sentença	851
2. Recurso	851

Capítulo XIII

DA REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA

Art. 707	851
1. Avarias Grossas	851
2. Competência para a Demanda Judicial de Regulação de Avaria Grossa	852
3. Regulador de Avaria Grossa	852
Art. 708	852
1. Procedimento Inicial.....	853

2. Prazos	853
3. Retenção da Carga	853
Art. 709	853
1. Liquidação das Avarias	853
Art. 710	853
1. Regulamento da Avaria Grossa	853
2. Impugnação do Regulamento	854
3. Decisão Judicial	854
Art. 711	854
1. Regulador	854

Capítulo XIV DA RESTAURAÇÃO DE AUTOS

Art. 712	854
1. Restauração de Autos	854
Art. 713	854
1. Competência	854
2. Competência	854
3. Juntada de Documentos	855
Art. 714	855
1. Ausência de Citação de Litisconsorte na Causa Principal	855
2. Contestação	855
3. Concordância	855
4. Concordância Parcial	855
5. Juntada de Documentos	856
6. Procedimento	856
7. Colaboração de Todos	856
Art. 715	856
1. Laudo Pericial	856
Art. 716	856
1. Sentença	856
Art. 717	857
1. Desaparecimento no Tribunal	857
Art. 718	857
1. Despesas Processuais	857
2. Responsabilidade Processual Civil, Civil e Penal	857

Capítulo XV DOS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

1. Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária	857
2. Jurisdição Voluntária e Tutela de Posições Jurídicas Não Expressamente Contempladas pela Legislação Infraconstitucional	858
3. Jurisdição Voluntária e Surgimento de Controvérsia	858
4. Honorários Advocatícios	858

Seção I

Disposições Gerais

Art. 719	858
1. Procedimento Comum de Jurisdição Voluntária.....	858
Art. 720	858
1. Competência.....	859
2. Legitimidade Ativa	859
3. Causa de Pedir e Pedido	859
4. Documentos Necessários	859
Art. 721	859
1. Legitimidade Passiva.....	859
2. Ministério Público	859
3. Nulidade	860
4. Resposta.....	860
5. Litigiosidade.....	860
Art. 722	860
1. Fazenda Pública	860
Art. 723	860
1. Equidade.....	860
2. Sentença	861
3. Despesas Processuais.....	861
Art. 724	861
1. Apelação	861
2. Redesignação de Sexo no Registro.....	861
Art. 725	862
1. Rol Exemplificativo	862
2. Aplicação Subsidiária.....	862

Seção II

Da Notificação e da Interpelação

Art. 726	862
1. Protestos, Notificações e Interpelações	862
2. Manifestação de Vontade	863
3. Intimação.....	863
4. Petição Inicial.....	863
5. Competência.....	863
6. Interesse	863
7. Prudência.....	863
8. Indeferimento da Petição Inicial.....	864
9. Intimação por Editais.....	864
10. Protesto contra Alienação de Bens.....	864
Art. 727	864
1. Interpelação	864

Art. 728	864
1. Defesa e Contraprotesto.....	864
2. Contraprotesto.....	864
3. Admissibilidade de Averbação em Registro de Imóveis	865
4. Prazo para a Manifestação do Requerido.....	865
5. Recurso	865
Art. 729	865
1. Sentença	865

Seção III Da Alienação Judicial

Art. 730	865
1. Alienações Judiciais.....	865
2. Contraditório.....	866
3. Leilão Público	866
4. Procedimento.....	866
5. Coisa Comum	866
6. Bens de Órfãos	866
7. Alienação de bem objeto de promessa de compra e venda	866

Seção IV Do Divórcio e da Separação Consensuais, da Extinção Consensual de União Estável e da Alteração do Regime de Bens do Matrimônio

Art. 731	866
1. Separação e Divórcio Consensuais	867
2. Mútuo Consentimento	867
3. Conversão da Separação Judicial em Divórcio	867
4. Dissolução Consensual de União Estável	867
5. Pacto Antenupcial.....	867
6. Partilha de Bens	868
7. Guarda dos Filhos e Regime de Visitas.....	868
8. Manutenção dos Filhos.....	868
9. Alimentos	868
10. Preservação Suficiente de Interesse.....	868
11. Ministério Público	868
12. Homologação.....	869
13. Doação ao Filho do Casal.....	869
14. Morte do Pai da Separanda	869
15. Restabelecimento da Sociedade Conjugal	869
16. Rescisão do acordo realizado para o divórcio consensual	869
Art. 732	870
1. Extinção Consensual de União Estável	870
Art. 733	870
1. Separação e Divórcio Consensuais Extrajudiciais	870
Art. 734	871
1. Requerimento Conjunto	871

2. Direitos de Terceiros	871
3. Divulgação do Pedido de Alteração do Regime de Bens	871
4. Averbação da Alteração de Regime	871

Seção V

Dos Testamentos e dos Codicilos

Art. 735	871
1. Testamentos e Codicilos.....	872
2. Testamento Cerrado	872
3. Competência.....	872
4. Abertura, Registro e Cumprimento.....	872
5. Língua Estrangeira.....	872
6. Suspeito de Nulidade ou Falsidade	872
7. Testamenteiro	873
8. Preferência Legal	873
Art. 736	873
1. Testamento Público	873
Art. 737	873
1. Testamento Particular	873
2. Aferição de Regularidade do Testamento Particular	873
3. Reconhecimento de Regularidade.....	874
4. Prova Pericial Grafológica.....	874
5. Abrandamento do Rigor Formal	874
6. Registro, Arquivo e Cumprimento	875
7. Testamentos Especiais e Codicilo.....	875

Seção VI

Da Herança Jacente

Art. 738	875
1. Herança Jacente	875
2. Competência.....	875
3. Arrecadação de Bens	875
4. Conversão de Inventário em Herança Jacente.....	875
5. Herança Jacente como <i>Ultima Ratio</i>	876
Art. 739	876
1. Curador	876
2. Guarda, Conservação e Administração.....	877
3. Incorporação ao Patrimônio Público	877
Art. 740	877
1. Arrecadação	877
2. Conclusão da Arrecadação	877
3. Direito Fundamental à Intimidade e à Vida Privada	877
4. Autoridade Policial.....	878
5. Auto de Inquirição e Informação.....	878
6. Carta Precatória	878

7. Apresentação de Herdeiro ou Testamenteiro	878
8. Decisão	878
Art. 741	878
1. Publicação de Editais	879
2. Finado Estrangeiro	879
3. Citação Pessoal.....	879
4. Conversão de Herança Jacente em Inventário.....	879
5. Credores	879
Art. 742	879
1. Alienações.....	879
2. Bens com Valor de Afeição.....	880
Art. 743	880
1. Declaração de Vacância	880
2. Habilitação	880
3. Exceção à Regra da Saisine.....	880
4. Usucapião	880
5. Habilitação nos Mesmos Autos.....	881
6. Ação Própria	881

Seção VII Dos Bens dos Ausentes

Art. 744	881
1. Ausência	881
2. Competência.....	881
3. Arrecadação dos Bens.....	882
4. Curador	882
5. Pagamento de Benefício Devido ao Ausente	882
Art. 745	883
1. Publicação de Editais	883
2. Sucessão Provisória	883
3. Habilitação	883
4. Como se o Ausente Fosse Falecido	883
5. Tributação.....	884
6. Caução.....	884
7. Alienar ou Hipotecar.....	884
8. Sucessão Definitiva	884
9. Regresso do Ausente ou de Algum dos seus Descendentes ou Ascendentes	884
10. Incorporação ao Patrimônio Público	884
11. Procedimento Comum.....	884

Seção VIII Das Coisas Vagas

Art. 746	884
1. Coisas Vagas.....	885
2. Competência.....	885

3. Publicação de Editais	885
4. Comparecimento	885
5. Ausência de Comparecimento.....	885
6. Abandono da Coisa.....	885
7. Suspeita de Crime	886

Seção IX

Da Interdição

1. Interdição e Estatuto da Pessoa com Deficiência	886
Art. 747	886
1. Interdição.....	886
2. Curatela	886
3. Legitimidade Ativa	886
4. Prova Pré-Constituída da Legitimidade	887
5. Tomada de Decisão Apoiada	887
Art. 748	887
1. Ministério Público	887
Art. 749	887
1. Competência.....	887
2. Tutela de Urgência	888
3. Curador Especial.....	888
4. Inépcia da Petição Inicial.....	888
Art. 750	888
1. Prova Documentada da Incapacidade.....	888
Art. 751	888
1. Citação.....	889
2. Inspeção Judicial Preliminar	889
3. Nulidade do Processo	889
Art. 752	889
1. Impugnação ao Pedido	889
2. Ministério Público	890
3. Representação Processual do Interditando	890
Art. 753	890
1. Laudo Pericial	890
2. Assistentes Técnicos.....	890
Art. 754	891
1. Conclusão da Instrução	891
Art. 755	891
1. Sentença de Interdição	891
2. Nomeação de Curador	891
3. Inscrição no Registro e Publicação da Sentença de Interdição	892
4. Eficácia <i>Ex Nunc</i> da Sentença de Interdição	892
5. Possibilidade de Anulação de Atos Anteriores à Prolação da Sentença de Interdição	892
6. Prescrição Consumada Antes da Prolação da Sentença de Interdição	892

Art. 756..... 892

1. Levantamento de Interdição 893

2. Legitimidade ativa 893

3. Prova Pericial 893

4. Audiência de Instrução e Julgamento 893

5. Sentença de Levantamento de Interdição..... 893

Art. 757..... 893

1. Extensão da Atuação do Curador 893

Art. 758..... 894

1. Recuperação da Capacidade do Interdito 894

Seção X
Disposições Comuns à Tutela e à Curatela

Art. 759..... 894

1. Tutela..... 894

2. Tutor..... 894

3. Compromisso 894

4. Responsabilidade do Juiz..... 894

5. Garantia..... 895

6. Tomada de Decisão Apoiada 895

Art. 760..... 895

1. Escusa 895

2. Prazo..... 895

3. Decisão 895

Art. 761 895

1. Remoção 896

2. Responsabilidade do Juiz..... 896

3. Contestação 896

4. Procedimento..... 896

5. Sentença 896

Art. 762..... 896

1. Suspensão do Exercício de suas Funções..... 896

2. Tutela Provisória de Urgência..... 896

Art. 763..... 896

1. Dispensa 897

2. Cessação da Tutela ou Curatela 897

3. Prestação de Contas 897

Seção XI
Da Organização e da Fiscalização das Fundações

Art. 764..... 897

1. Organização e Fiscalização das Fundações 897

2. Instituição de Fundação 897

3. Elaboração de Estatuto	897
4. Ministério Público	898
5. Apreciação do Estatuto	898
6. Pedido de Suprimento de Aprovação.....	898
7. Existência Legal da Fundação	898
8. Alteração de Estatuto	898
Art. 765	898
1. Extinção da Fundação	898

Seção XII

Da Ratificação dos Protestos Marítimos e dos Processos Testemunháveis Formados a Bordo

Art. 766	899
1. Protesto Marítimo e Processo Testemunhável	899
2. Competência.....	899
3. Legitimidade	899
Art. 767	899
1. Petição Inicial.....	899
2. Documentos em Língua Estrangeira.....	899
Art. 768	899
1. Instrução do Pedido	900
Art. 769	900
1. Curador de Ausentes.....	900
Art. 770	900
1. Apreciação Judicial.....	900
2. Recurso	900

LIVRO II

DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

1. Processo de Execução no Código Buzaid.....	901
2. Processo de Execução no Código Reformado	901
3. Código Atual	901

TÍTULO I

DA EXECUÇÃO EM GERAL

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 771	902
1. Aplicação Subsidiária	902
2. Aplicação da Parte Geral e do Livro I da Parte Especial Subsidiariamente à Execução de Títulos Extrajudiciais.....	902
3. Interesse Processual e Execução de Créditos de Pequeno Valor	902

Art. 772..... 903

1. Poderes do Juiz..... 903

2. Ordem de Comparecimento das Partes 903

3. Ordem de Colaboração com a Execução 903

Art. 773..... 903

1. Medidas Necessárias 903

2. Confidencialidade..... 903

Art. 774..... 904

1. Ato atentatório à dignidade da justiça..... 904

2. Transparência Patrimonial 904

3. Multa Sancionatória..... 904

4. Sem prejuízo de outras sanções 905

5. Provento do Exequente 905

6. Exigível na própria execução 905

7. Direito à relevação da pena 905

Art. 775..... 905

1. Desistência..... 905

2. Embargos à execução 905

3. Impugnação 906

Art. 776..... 906

1. Responsabilidade do Exequente 906

2. Pagamento em dobro ou pelo equivalente da dívida..... 906

3. Apuração dos danos 906

Art. 777..... 906

1. Exigibilidade das multas dentro do próprio processo..... 906

2. Realização da multa por execução ou compensação 906

Capítulo II
DAS PARTES

1. Partes..... 907

2. Litisconsórcio 907

3. Intervenção de terceiros..... 907

Art. 778..... 907

1. Legitimidade ativa 907

2. Credores solidários 908

3. Demanda condenatória..... 908

4. Execução forçada. Título executivo extrajudicial..... 908

5. Desnecessidade de anuência da parte contrária para a sucessão 908

6. Cessionário 908

Art. 779..... 909

1. Legitimidade passiva..... 909

2. O fiador judicial..... 909

Art. 780..... 909

1. Cumulação de execuções 909

2. Tríplex identidade 910

Capítulo III DA COMPETÊNCIA

Art. 781	910
1. Competência para Execução de Título Extrajudicial	910
2. Derrogação da Competência em Favor da Economia Processual e do Interesse do Executado	911
Art. 782	911
1. Atos Executivos	911
2. Autorização para Cumprir Medidas Fora da Sede do Juízo	911
3. Força Policial.....	911
4. Cadastro de Inadimplentes.....	911

Capítulo IV DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO

Seção I Do Título Executivo

Art. 783	912
1. Obrigação Certa, Líquida e Exigível.....	912
2. Nulidade da Execução	912
Art. 784	912
1. Títulos Executivos Extrajudiciais	913
2. Títulos de Crédito	913
3. Escritura Pública ou Outro Documento Público Assinado pelo Devedor.....	914
4. Documento Particular Assinado pelo Devedor e por Duas Testemunhas.....	914
5. Instrumento de Transação Referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos Advogados dos Transatores ou por Conciliador ou Mediador Credenciado pelo Tribunal	914
6. Contratos Garantidos por Hipoteca, Penhor, Anticrese, Outro Direito Real de Garantia e Caução	915
7. Contratos de Seguro de Vida.....	915
8. Crédito de Foro e Laudêmio.....	915
9. Crédito de Aluguel e de Encargos Acessórios.....	915
10. Certidão de Dívida Ativa	916
11. Contribuições de Condomínio Edifício.....	916
12. Certidão de Serventia Notarial e de Registro	916
13. Demais Títulos.....	916
14. Propositura de Ação Não Inibe o Credor de Promover-lhe a Execução.....	916
15. Título Executivo Extrajudicial Estrangeiro	917
Art. 785	917
1. Interesse Processual e Título Extrajudicial.....	917

Seção II Da Exigibilidade da Obrigação

Art. 786	918
1. Requisitos da Obrigação Exigível em Execução	918

2. Liquidação por Cálculo e Liquidez da Obrigação.....	918
Art. 787	918
1. Sinalagma	918
2. Satisfação	918
3. Exoneração	918
4. Despesas Processuais.....	918
Art. 788	919
1. Adimplemento.....	919
2. Inadimplemento	919
3. Adimplemento Insatisfatório e Violação Positiva do Contrato	919

Capítulo V DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL

Art. 789	919
1. Responsabilidade Patrimonial.....	919
2. Processualidade.....	920
3. Âmbito de Aplicação.....	920
Art. 790	920
1. <i>Schuld e Haftung</i>	920
2. Sequela.....	921
3. Sócio	921
4. Responsabilidade Patrimonial do Empresário Individual	921
5. Em Poder de Terceiros	921
6. Cônjuge	921
7. Intimação do Cônjuge.....	922
8. Em Fraude à Execução	922
9. Em Fraude contra Credores	922
10. Desconsideração de Personalidade Jurídica	922
11. Intimação do Terceiro	922
12. Responsabilidade Patrimonial e Responsabilidade Civil por Fato de Outrem	923
13. Dívida <i>Propter Rem</i> e Penhora de Bem de Terceiro	923
Art. 791	923
1. Direito de Superfície	923
2. Responsabilidade do Superficiário por Dívidas que Incidam sobre o Imóvel.....	923
3. Enfitese, Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia e Concessão de Direito Real de Uso	923
Art. 792	924
1. Fraude à Execução.....	924
2. Litispendência	925
3. Demanda Real ou Demanda Capaz de Reduzir o Demandado à Insolvência.....	925
4. Desnecessidade de Prova do <i>Consilium Fraudis</i>	925
5. Proteção ao Terceiro de Boa-Fé	926
6. Fraude à Execução e Fraude contra Credores.....	926
7. Fraude à Execução e Alienação de Bem Constrito	926
8. Fraude à Execução e Execução Fiscal	927
9. Boa-fé e Bens Não Sujeitos a Registro.....	927
10. Fraude à Execução e Bens do Sócio Antes do Redirecionamento da Execução	927

11. Fraude à Execução e Impenhorabilidade do Bem de Família	927
12. Súmula 375, STJ, e Execução Fiscal.....	927
13. Intimação do Terceiro	927
Art. 793	928
1. Penhora sobre a Coisa Retida	928
2. <i>Exceptio Excussionis Realis</i>	928
3. Nova Penhora	928
Art. 794	928
1. Benefício de Ordem	928
2. Mesmos Autos	929
3. Benefício de Ordem e Bens Situados em Outro Foro ou Onerados	929
Art. 795	929
1. Bens Particulares dos Sócios	929
2. Redirecionamento.....	929
3. Formas Sociais	930
4. Desconsideração da Personalidade Jurídica	930
5. Responsabilidade Tributária.....	930
6. Mesmos Autos	930
Art. 796	930
1. Espólio.....	931
2. Redirecionamento da Execução contra o Espólio	931

TÍTULO II

DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO

1. Técnicas Processuais Executivas	932
--	-----

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 797	932
1. Interesse do Exequente.....	932
2. Preferência	932
3. Títulos Legais de Preferência	933
4. <i>Concursus Fiscalis</i>	933
5. Mais de Uma Penhora	933
6. Competência.....	933
Art. 798	933
1. Petição Inicial.....	934
2. Inclusão das prestações vincendas	934
3. Técnica Processual Executiva	935
4. Instrução	935
5. Prova da Contraprestação.....	935
6. Requisitos do Demonstrativo de Débito.....	935
7. Direito à Emenda.....	936
Art. 799	936
1. Intimação.....	936

2. Tutela de Urgência	937
3. Averbação da Execução e de Atos Executivos	937
Art. 800	937
1. Obrigações Alternativas e Obrigações Facultativas	937
2. Escolha	937
3. Prazo. Título Executivo Extrajudicial	938
Art. 801	938
1. Direito à Emenda	938
2. Embargos à Execução	938
Art. 802	938
1. Interrupção da Prescrição	938
2. Interrupção de Prescrição e Vistoria	938
3. Prescrição e Títulos Judiciais	939
4. Juros de Mora e Execução de Honorários Advocatícios	939
5. Execução Integral e Prescrição Parcial	939
6. Ação Revisional e Interrupção da Prescrição	939
Art. 803	939
1. Nulidade da Execução	939
2. Exceção de Pré-Executividade	939
Art. 804	940
1. Intimação do Senhorio Direto, Credor Pignoratício, Hipotecário, Anticrético ou Usufrutuário	940
2. Ineficácia	940
Art. 805	940
1. Modo Menos Gravoso para o Executado	940
2. Ônus da Prova do Meio Menos Gravoso	941
3. Prevalência do Princípio da Efetividade da Execução	941
4. Proporcionalidade e Razoabilidade da Execução	941

Capítulo II

DA EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA

1. Coisa Certa e Coisa Incerta	942
--------------------------------------	-----

Seção I

Da Entrega de Coisa Certa

Art. 806	942
1. Tutela dos Direitos e Técnicas Processuais	942
2. Poder Executivo do Juiz. Aplicação Subsidiária do Art. 538, CPC	942
3. Citação do Executado	943
4. Desnecessidade de Segurança do Juízo	943
5. Mandado de Imissão na Posse ou de Busca e Apreensão	943
6. Multa Coercitiva. <i>Astreintes</i>	943
Art. 807	943
1. Finda a Execução	943

2. Pagamento de Frutos ou Ressarcimento de Prejuízos.....	944
Art. 808	944
1. Opção do Exequente.....	944
2. Embargos de Terceiro.....	944
Art. 809	944
1. Tutela Ressarcitória e Tutela Reparatória.....	944
2. Valor da Coisa e dos Prejuízos	944
3. Conversão da Execução para Entrega de Coisa para Execução por Quantia Certa.....	945
Art. 810	945
1. Benfeitorias Indenizáveis	945
2. Direito de Retenção	945
3. Saldo em Favor do Devedor	945
4. Saldo em Favor do Credor.....	946

Seção II Da Entrega de Coisa Incerta

Art. 811	946
1. Prévia Determinação.....	946
2. Ausência de Escolha.....	946
Art. 812	946
1. Impugnação	946
2. Decisão	946
Art. 813	946
1. Execução para Entrega de Coisa Certa.....	946

Capítulo III DA EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER OU DE NÃO FAZER

Seção I Disposições Comuns

Art. 814	947
1. Multa Coercitiva. <i>Astreintes</i>	947
2. Multa Fixa, Multa Periódica, Multa Progressiva.....	947
3. Data a Partir da Qual Será Devida.....	947
4. Possibilidade de Revisão do Valor da Multa	948
5. Critérios Jurisprudenciais para a Fixação da Multa Coercitiva.....	948

Seção II Da Obrigação de Fazer

1. Fazer Fungível e Fazer Infungível.....	948
Art. 815	949
1. Prazo para Satisfazê-la	949
2. Multa Coercitiva. <i>Astreintes</i>	949
3. Embargos à Execução	949
Art. 816	949
1. Executada à Custa do Devedor.....	949

2. Urgência na Realização da Prestação	949
3. Perdas e Danos	949
4. Cláusula Penal.....	950
Art. 817	950
1. Realização por Terceiro	950
2. Aprovação da Proposta.....	950
Art. 818	950
1. Prestado o Fato.....	950
2. Prosseguimento da Execução pela Quantia Adiantada	951
Art. 819	951
1. Ausência de Prestação ou Prestação Incompleta ou Defeituosa.....	951
2. Oitiva do Terceiro.....	951
3. Decisão	951
Art. 820	952
1. Preferência do Exequente	952
Art. 821	952
1. Fazer Infungível	952
2. Conversão da Tutela Específica em Tutela pelo Equivalente Monetário	952

Seção III Da Obrigação de Não Fazer

Art. 822	952
1. Imposição de Não Fazer e Imposição de Desfazer	952
2. Imposição de Não Fazer	953
3. Imposição de Desfazer	953
4. Urgência em Desfazer	953
Art. 823	953
1. Desfazimento à Custa do Executado	953
2. Conversão da Tutela Específica em Tutela pelo Equivalente Monetário	953

Capítulo IV DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA

Seção I Disposições Gerais

Art. 824	954
1. Execução por Quantia Certa	954
Art. 825	954
1. Expropriação.....	954
2. Preferência	954
Art. 826	954
1. Remição da Execução.....	955
2. Remição da Execução Fiscal.....	955

3. Legitimidade	955
4. Termo Final	955
5. Desconstituição da Adjudicação ou Alienação.....	955

Seção II

Da Citação do Devedor e do Arresto

Art. 827	955
1. Honorários de Advogado	955
2. Redução da Verba Honorária	955
3. Não Aplicação ao Cumprimento de Sentença Condenatória.....	956
Art. 828	956
1. Averbação	956
2. Faculdade do Demandante.....	956
3. Ação Cuja Concessão da Tutela do Direito Pode Levar o Demandado ao Estado de In-	
solvência.....	957
4. Certidão.....	957
5. Comunicação	957
6. Cancelamento.....	957
7. Averbação Manifestamente Indevida	958
Art. 829	958
1. Citação.....	958
2. Decisão que Determina a Citação.....	958
3. Litisconsórcio Passivo	958
4. Penhora e Avaliação	959
5. Indicação de Bens à Penhora pelo Exequente	959
6. Dever de Indicação de Bens à Penhora pelo Executado.....	959
7. Direito de Indicação de Bens pelo Executado.....	959
8. Realização Superveniente da Penhora e Defesa do Executado	960
9. Desconsideração da Pessoa Jurídica e Desconsideração Inversa da Pessoa Jurídica.....	960
10. Juros de Mora	960
Art. 830	960
1. Pré-penhora	960
2. Duas Vezes em Dias Distintos.....	960
3. Citação do Executado	961
4. Conversão Automática.....	961
5. Desnecessidade de Intimação da Conversão da Pré-penhora em Penhora.....	961
6. Modalidades de Arresto Executivo.....	961

Seção III

Da Penhora, do Depósito e da Avaliação

Subseção I

Do Objeto da Penhora

Art. 831	961
1. Objeto da Penhora	961

Art. 832	962
1. Impenhoráveis ou Inalienáveis	962
2. Tipicidade.....	962
3. Disponibilidade.....	962
Art. 833	962
1. Impenhorabilidade.....	963
2. Honorários de Profissional Liberal.....	963
3. Comissões de Leiloeiro	963
4. Necessários ou Úteis ao Exercício de Qualquer Profissão.....	963
5. Pequena Propriedade Rural	964
6. Quotas Sociais	964
7. Bem de Família	964
8. Penhorabilidade do Bem de Família	965
9. Impenhorabilidade de Bem de Família e Preclusão.....	965
10. Impenhorabilidade de Bem de Família e Fraude à Execução	966
11. Crédito Concedido para Aquisição do Próprio Bem.....	966
12. Créditos destinados ao FIES	966
13. Crédito Alimentar.....	966
14. Impenhorabilidade de Remuneração e Depósitos em Caderneta de Poupança	966
15. Remuneração e Impenhorabilidade	966
16. Impenhorabilidade de Depósitos em Conta-Corrente e em Fundos de Investimentos.....	967
17. Preservação do Mínimo Existencial.....	967
18. Impenhorabilidade e Ação de Improbidade Administrativa	967
Art. 834	968
1. Penhorabilidade, à Falta de Outros Bens	968
Art. 835	968
1. Ordem Preferencial.....	968
2. Ações e Quotas de Sociedades Empresárias.....	969
3. Percentual do Faturamento de Empresa Executada	969
4. Títulos e Valores Mobiliários com Cotação em Mercado.....	969
5. Outros Direitos.....	969
6. Alteração da Ordem Legal.....	969
7. Execução de Crédito com Garantia Real	970
Art. 836	970
1. Não Realização da Penhora	970
2. Relação de Bens e Depósito Provisório.....	970

Subseção II

Da Documentação da Penhora, de seu Registro e do Depósito

Art. 837	970
1. Comunicação Eletrônica de Atos Executivos	970
Art. 838	970
1. Requisitos	971
Art. 839	971

1. Penhora e Depósito	971
Art. 840	971
1. Depositário	972
2. Preferencialmente Depositados	972
3. Direitos e Deveres do Depositário	972
4. Prisão Civil. STF	972
Art. 841	973
1. Penhora e Intimação do Executado	973
2. Dispensa de Intimação do Executado	974
3. Alteração do Endereço do Advogado e Intimação Dirigida ao Endereço Constante dos Autos	974
Art. 842	974
1. Cônjuge do Executado	974
Art. 843	974
1. Bem Indivisível	974
2. Outras Hipóteses de Condomínio sobre Bem Indivisível	975
3. Insuficiência do Produto da Expropriação	975
4. Preferência na Arrematação	975
Art. 844	975
1. Presunção Absoluta de Conhecimento por Terceiros	975
2. Irrelevância da averbação da penhora para a sua constituição	975

Subseção III

Do Lugar de Realização da Penhora

Art. 845	976
1. Onde Quer que se Encontrem os Bens	976
2. Realização da Penhora	976
3. Penhora de Imóveis	976
4. Execução por Carta	976
5. Embargos à Execução por Carta	976
Art. 846	977
1. Ordem de Arrombamento	977
2. Tutela Penal	977
3. Auto Circunstanciado	977
4. Força Policial	977
5. Auto da Ocorrência	977

Subseção IV

Das Modificações da Penhora

Art. 847	978
1. Substituição do Bem Penhorado	978
2. Ônus do Executado	978
3. Oferecimento de Bem Imóvel em Substituição	979
4. Contraditório	979

Art. 848	979
1. Substituição da Penhora.....	979
2. Substituição por Carta de Fiança ou Apólice de Seguro.....	979
3. Contraste Entre o Art. 847 e Art. 848.....	980
Art. 849	980
1. Substituição de Bem Penhorado e Novo Termo.....	981
Art. 850	981
1. Instabilidade da Penhora.....	981
Art. 851	981
1. Segunda Penhora.....	981
2. Impugnação da Execução e Realização de Segunda Penhora.....	981
Art. 852	981
1. Alienação Antecipada.....	982
Art. 853	982
1. Contraditório.....	982
2. Contraditório Postergado e Alienação Antecipada de Bem.....	982
3. Decisão.....	982

Subseção V

Da Penhora de Dinheiro em Depósito ou em Aplicação Financeira

Art. 854	982
1. Penhora Eletrônica.....	983
2. Bacenjud.....	983
3. Outros Instrumentos de Penhora Eletrônica.....	984
4. Dever de se Cadastrar Junto aos Sistemas de Penhora Eletrônica.....	984
5. Penhora Eletrônica e Direito à Intimidade.....	984
6. Controle Judicial da Indisponibilidade.....	985
7. Impenhorabilidade.....	985
8. Responsabilidade Civil da Instituição Financeira.....	985
9. Partido Político.....	986
10. Multa Sancionatória.....	986
11. Tutela Inibitória e Tutela de Remoção do Ilícito.....	986
12. Bloqueio de Ativos Financeiros e Citação do Executado.....	986

Subseção VI

Da Penhora de Créditos

Art. 855	986
1. Penhora de Crédito.....	987
Art. 856	987
1. Penhora de Crédito Representado por Título de Crédito.....	987
2. Pagamento do Terceiro.....	987
3. Conluio Entre o Executado e o Terceiro.....	987
Art. 857	987
1. Sub-rogação ou Alienação.....	988

2. Prosseguimento na Execução	988
3. Sub-rogação, Alienação e Compensabilidade	988
Art. 858	988
1. Juros, Rendimentos e Prestações	988
Art. 859	989
1. Penhora sobre Direito a Coisa	989
Art. 860	989
1. Penhora sobre Direito Litigioso	989
2. Penhora no Rosto dos Autos e Arbitragem	989

Subseção VII

Da Penhora das Quotas ou das Ações de Sociedades Personificadas

Art. 861	990
1. Subsidiariedade	990
2. Penhora de Quotas de Sociedades e Vedação Contratual	990
3. Sociedades de Capital e Sociedades de Pessoas	990
4. Sociedades Cooperativas	991
5. Penhora de Quotas, Alienação de Bens da Sociedade e Fraude à Execução	991
6. Penhora de Quotas e Preferência para Sua Aquisição	991
7. Prazo do Procedimento de Penhora e Alienação de Quotas Sociais	991

Subseção VIII

Da Penhora de Empresa, de Outros Estabelecimentos e de Semoventes

Art. 862	992
1. Penhora sobre Estabelecimento Comercial, Industrial ou Agrícola, Semoventes, Plantações ou Edifício em Construção	992
2. Depositário-administrador	992
3. Edifícios Construídos Sob Regime de Incorporação e Penhora	992
4. Administrador e Afastamento do Incorporador	992
Art. 863	993
1. Penhora sobre Empresa Mediante Concessão ou Autorização	993
2. Ausência de Intimação do Poder Público	993
Art. 864	993
1. Penhora sobre Navio ou Aeronave	993
2. Depositário	994
Art. 865	994
1. Princípio da Menor Onerosidade	994

Subseção IX

Da Penhora de Percentual de Faturamento de Empresa

Art. 866	994
1. Percentual de Faturamento	994
2. Excepcionalidade	994

Subseção X
Da Penhora de Frutos e Rendimentos
de Coisa Móvel ou Imóvel

Art. 867	995
1. Penhora de Percentual de Faturamento de Empresa	995
2. Menos Gravoso ao Executado e Eficiente para o Recebimento do Crédito	995
Art. 868	995
1. Perda do Gozo	996
2. Eficácia da Penhora	996
3. Administrador	996
Art. 869	996
1. Depositário	996
2. Contraditório e Nomeação de Terceiro	997
3. Tempo Necessário	997
4. Decisão	997
5. Pagamento	997
6. Locação	997

Subseção XI
Da Avaliação

Art. 870	997
1. Avaliação	997
2. Avaliador	998
3. Contraditório. Possibilidade de Nomeação de Assistente Técnico	998
4. Avaliação Errônea	998
Art. 871	998
1. Desnecessidade	999
2. Avaliação Regular	999
3. Aceitação da Avaliação e Presunção Relativa	999
Art. 872	999
1. Laudo de Avaliação	999
2. Cômoda Divisão do Bem e Alienação	999
3. Fração Impenhorável	1000
Art. 873	1000
1. Nova Avaliação	1000
2. Hipóteses	1000
3. Segunda Avaliação	1000
Art. 874	1000
1. Requerimento do Interessado e Oitiva da Parte Contrária	1001
2. Adequação da Penhora	1001
Art. 875	1001
1. Início dos Atos de Expropriação	1001

Seção IV Da Expropriação de Bens

Subseção I Da Adjudicação

Art. 876	1001
1. Adjudicação	1002
2. Adjudicação e Dação em Pagamento	1002
3. Momento	1002
4. Legitimados	1003
5. Preferência	1003
6. Intimação	1003
7. Preço	1003
8. Crédito Inferior e Crédito Superior	1003
Art. 877	1003
1. Prazo para a Lavratura do Auto	1004
2. Questões Decididas	1004
3. Auto de Adjudicação	1004
4. Carta de Adjudicação ou Mandado de Entrega	1004
5. Remição de Bem Hipotecado	1004
6. Remição e Bem de Falido ou Insolvente	1005
Art. 878	1005
1. Renovação do Direito de Adjudicação Quando Frustradas as Tentativas de Alienação do Bem	1005

Subseção II Da Alienação

Art. 879	1005
1. Modalidades de Alienação Judicial	1005
Art. 880	1005
1. Alienação por Iniciativa Particular	1006
2. Momento	1006
3. Alienação Particular de Ofício	1006
4. Preço	1006
5. Controle Judicial	1006
6. Termo de Alienação	1006
7. Carta de Alienação ou Mandado de Entrega	1007
8. Questões Decididas	1007
9. Provimentos dos Tribunais	1007
10. Inexistência de Corretor ou Leiloeiro no Foro da Causa	1007
Art. 881	1007
1. Ordem de Preferência das Técnicas de Alienação	1007
2. Alienação e Bolsa de Valores	1007
Art. 882	1008
1. Prioridade Entre as Técnicas de Leilão Judicial	1008

2. Garantias Necessárias para o Leilão Eletrônico	1008
3. Local de Realização do Leilão Presencial	1008
Art. 883	1008
1. Indicação	1008
Art. 884	1008
1. Comissão de Leiloeiro	1009
Art. 885	1009
1. Parâmetros do Leilão Judicial	1009
Art. 886	1009
1. Edital de Leilão Público	1009
2. Local	1010
3. Execução Fiscal e Segundo Leilão	1010
Art. 887	1010
1. Fixação e Publicação de Editais	1010
2. Cientificação do Executado	1010
3. Intimação de Titulares de Direitos Reais Limitados, Direitos Reais de Garantia e Alguns Outros Interesses Sobre o Bem	1011
4. Intimação do Exequente	1011
Art. 888	1011
1. Transferência	1011
2. Responsabilidade	1012
Art. 889	1012
1. Intimações Necessárias	1012
2. Ineficácia da Alienação Quando Não Realizadas as Intimações	1012
Art. 890	1013
1. Legitimidade para Oferecer Lance	1013
Art. 891	1013
1. Preço Vil	1013
Art. 892	1014
1. Pagamento do Lance Vencedor	1014
2. Arrematação	1014
3. Arrematação pelo Exequente	1014
4. Preferência na Arrematação	1014
Art. 893	1014
1. Diversos Bens	1015
Art. 894	1015
1. Cômoda Divisão	1015
2. Ausência de Lançador	1015
3. Requerimento de Alienação Fracionada de Bem	1015
Art. 895	1015
1. Prestações	1016
2. Inadimplemento das Prestações	1016
Art. 896	1016
1. Imóvel de Incapaz	1017

2. Pretendente.....	1017
Art. 897	1017
1. Inadimplemento	1017
Art. 898	1017
1. Fiador	1017
Art. 899	1017
1. Satisfação do Exequente.....	1017
2. Menor Onerosidade	1017
Art. 900	1018
1. Prosseguimento.....	1018
Art. 901	1018
1. Auto de Arrematação	1018
2. Prazo de Espera para a Expedição da Ordem de Entrega ou de Imissão e da Carta de Arrematação	1018
3. Ordem de Entrega	1018
4. Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega.....	1019
5. Requisitos da Carta de Arrematação.....	1019
6. Imissão na Posse.....	1019
Art. 902	1019
1. Remição de Bem Hipotecado.....	1020
Art. 903	1020
1. Perfeita, Acabada e Irretratável.....	1020
2. Ineficácia da Arrematação	1021
3. Invalidade da Arrematação	1021
4. Decisão	1021
5. Procedência dos Embargos do Executado ou da Impugnação	1021
6. Expedição da Carta de Arrematação e Desconstituição da Alienação	1022
7. Arrependimento do Arrematante.....	1022

Seção V

Da Satisfação do Crédito

Art. 904	1022
1. Satisfação do Credor	1022
Art. 905	1022
1. Entrega do Dinheiro	1023
2. Credor.....	1023
3. Plantão Judiciário e Vedação de Levantamento de Dinheiro ou de Liberação de Bens.....	1023
Art. 906	1023
1. Quitação	1023
Art. 907	1024
1. Devedor	1024
Art. 908	1024
1. Concurso Singular de Credores.....	1024
2. Preferência	1024

3. Adjudicação, Alienação e Sub-rogação do Crédito	1025
4. Execução e Penhora.....	1025
Art. 909	1025
1. Cognição.....	1025
2. Decisão	1025

Capítulo V DA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

Art. 910	1025
1. Execução contra a Fazenda Pública	1026
2. Execução contra a Fazenda Pública como Execução de Crédito contra a Fazenda Pública	1026
3. Título Executivo Judicial e Título Executivo Extrajudicial	1026
4. Execução contra a Fazenda Pública de Decisão Definitiva e Execução contra a Fazenda Pública de Decisão Provisória.....	1026
5. Citação para Oposição de Embargos	1027
6. Embargos à Execução da Fazenda Pública e Ausência de Outorga de Efeito Suspensivo ...	1027
7. Embargos à Execução e Parcela Incontroversa do Crédito Exequendo	1027
8. Conteúdo dos Embargos à Execução contra a Fazenda Pública	1028
9. Natureza da Atividade do Presidente do Tribunal.....	1028
10. Precatório.....	1028
11. Precatório Alimentar.....	1028
12. Débitos de Natureza Alimentícia	1029
13. Precatório Complementar.....	1029
14. Ausência de Pagamento de Precatório. Intervenção Federal.....	1029
15. Crédito de Pequeno Valor.....	1029
16. Preferência e Sequestro.....	1030
17. Correção Monetária de Precatórios	1030
18. Honorários Advocatícios e Execução contra a Fazenda Pública	1031
19. Juros de Mora e Expedição do Precatório	1031

Capítulo VI DA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS

Art. 911	1032
1. Alimentos	1032
2. Técnicas Processuais Executivas para Tutela do Direito aos Alimentos	1032
3. Título Executivo	1033
4. Expropriação.....	1033
5. Oferecimento de Impugnação ou de Embargos	1033
6. Execução por Coerção e Citação do Executado	1033
7. Prisão Civil.....	1034
8. Prazo.....	1034
Art. 912	1034
1. Desconto em Folha	1035
2. Dever de Terceiros.....	1035

3. Desconto em Renda	1035
Art. 913	1035
1. Execução de Alimentos por Expropriação Patrimonial	1035

TÍTULO III DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO

Art. 914	1036
1. Embargos do Executado	1036
2. Embargos à Execução e Ônus da Prova	1036
3. Independentemente de Penhora, Depósito ou Caução	1036
4. Distribuição, Apensamento e Instrução	1036
5. Embargos dentro da execução e erro grosseiro	1036
6. Outras Formas de Oposição à Execução	1037
7. Exceção de Pré-Executividade	1037
8. Ação Impugnativa Declaratória ou Desconstitutiva Autônoma	1037
9. Embargos à Execução por Carta	1038
10. Embargos do Executado e Valor da Causa	1038
Art. 915	1038
1. Prazo	1039
2. Mais de Um Executado	1039
3. Cônjuges e Companheiros	1039
4. Execuções por Carta Precatória	1039
5. Embargos à Execução e Convenção de Arbitragem	1040
Art. 916	1040
1. Parcelamento	1040
2. Pressupostos Legais	1040
3. Deferimento ou Indeferimento	1041
4. Não Pagamento de Qualquer das Prestações	1041
5. Requerimento de Parcelamento e Embargos à Execução	1041
Art. 917	1041
1. Cognição nos Embargos	1042
2. Inviabilidade da Execução	1043
3. Penhora Incorreta ou Avaliação Errônea	1043
4. Excesso de Execução	1043
5. Hipóteses de Excesso de Execução	1043
6. Quantia Superior à do Título	1044
7. Cumulação Indevida de Execuções	1044
8. Retenção por Benfeitorias	1044
9. Incompetência Absoluta ou Relativa	1044
10. Qualquer Matéria	1044
11. Embargos de Retenção por Benfeitorias e Compensação	1045
12. Embargos de Retenção por Benfeitorias e Imissão na Posse	1045
13. Arguição de Impedimento e Suspeição	1045
Art. 918	1045
1. Rejeição Liminar dos Embargos	1045

2. Ausência de Impugnação Específica ao Cálculo do Autor e Rejeição Liminar dos Embargos.....	1046
3. Direito à Emenda.....	1046
4. Improcedência Liminar.....	1046
5. Recurso Cabível	1046
Art. 919	1046
1. Não Terão Efeito Suspensivo.....	1047
2. Atribuição de Efeito Suspensivo.....	1047
3. Perigo Manifesto de Dano Grave de Difícil ou Incerta Reparação	1047
4. Prévia e Suficiente Garantia da Execução	1048
5. Modulação do Efeito Suspensivo	1048
6. Alcance do Efeito Suspensivo	1048
7. Decisão Relativa ao Efeito Suspensivo	1048
8. Recurso Cabível	1048
9. Efeito Suspensivo e Prescrição Intercorrente.....	1049
Art. 920	1049
1. Resposta do Embargado.....	1049
2. Revelia do Embargado	1049
3. Julgamento Imediato ou Audiência	1049
4. Julgamento de Procedência dos Embargos e Sorte da Adjudicação, Alienação ou Arrematação.....	1050
5. Honorários Advocatícios.....	1050
6. Honorários Advocatícios e Execução contra a Fazenda Pública.....	1050

TÍTULO IV

DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Capítulo I

DA SUSPENSÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Art. 921	1052
1. Suspensão da Execução	1052
2. Embargos à Execução e Impugnação.....	1052
3. Causas Gerais de Suspensão do Processo.....	1052
4. Ausência de Bens Penhoráveis.....	1053
5. Prescrição Intercorrente e Execução Fiscal	1053
6. Prescrição Intercorrente e Intimação do Exequente.....	1053
7. Prescrição Intercorrente e Falecimento do Exequente	1053
8. Não Localização de Bens e Arquivamento da Execução	1054
Art. 922	1054
1. Convenção das Partes.....	1054
Art. 923	1054
1. Atos Urgentes	1054

Capítulo II DA EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Art. 924	1055
1. Extinção da Execução	1055
2. Entrega do Dinheiro	1055
3. Pagamento de Débito no Âmbito Administrativo	1055
4. Outras Hipóteses	1055
Art. 925	1055
1. Declaração por Sentença	1055
2. Extinção da Execução e Apelação.....	1055

LIVRO III DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

TÍTULO I DA ORDEM DOS PROCESSOS E DOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 926	1058
1. Liberdade, Igualdade e Segurança Jurídica	1058
2. Tribunais	1059
3. Precedente, Jurisprudência e Súmula	1060
4. Estável, Íntegra e Coerente.....	1061
5. <i>Stare Decisis</i>	1062
6. <i>Stare Decisis</i> Horizontal.....	1062
7. Precedente do STF. Vigência do <i>Stare Decisis</i> no Direito Brasileiro	1062
8. Precedente do STJ. Vigência do <i>Stare Decisis</i> no Direito Brasileiro	1063
Art. 927	1064
1. <i>Stare Decisis</i> Vertical	1064
2. <i>Ratio Decidendi</i>	1065
3. <i>Obiter Dictum</i>	1065
4. Jurisprudência	1066
5. Interpretação e Aplicação	1066
6. Formação	1066
7. Distinção	1066
8. Superação.....	1067
9. Superação para Frente	1067
10. Modulação de Efeitos	1068
11. Quórum para Superação para Frente	1068
12. Superação Parcial	1068

Art. 928..... 1069

1. Julgamentos Repetitivos..... 1069

2. Objeto..... 1069

Capítulo II

DA ORDEM DOS PROCESSOS NO TRIBUNAL

Art. 929..... 1070

1. Registro..... 1070

2. Descentralizado 1070

Art. 930..... 1070

1. Distribuição 1070

2. Prevenção..... 1070

Art. 931..... 1070

1. Relator..... 1070

Art. 932..... 1070

1. Poderes do Relator 1071

2. Direção do Processo 1072

3. Questões Incidentais..... 1072

4. Não Conhecer..... 1072

5. Negar Provimento..... 1072

6. Dar Provimento 1072

7. Colegiado..... 1073

8. Colegiado Como Última Instância..... 1073

9. Dever de Prevenção 1073

10. Saneamento Recursal e Vícios Formais 1073

Art. 933..... 1073

1. Dever de Diálogo 1074

2. Momento..... 1074

Art. 934..... 1074

1. Publicidade 1074

Art. 935..... 1074

1. Pauta..... 1075

2. Nova Pauta..... 1075

3. Vista dos Autos 1075

Art. 936..... 1075

1. Ordem 1075

Art. 937..... 1075

1. Sustentação Oral..... 1076

2. Feitos que Admitem..... 1076

3. Não Surpresa..... 1076

4. Sustentação Oral e Agravo Interno de Negativa de Provimento de Recurso Especial 1076

5. Sustentação Oral e Agravo Interno de Decisões Proferidas em Processos de Competência Originária 1077

Art. 938	1077
1. Questões Preliminares.....	1077
2. Vício Sanável.....	1077
Art. 939	1078
1. Julgamento Principal.....	1078
2. Juízes Vencidos.....	1078
Art. 940	1078
1. Vista.....	1078
Art. 941	1079
1. Resultado.....	1079
2. Juiz Afastado ou Substituído.....	1079
3. Voto Vencido.....	1079
Art. 942	1079
1. Ampliação do Debate.....	1080
2. Não Unânime.....	1080
3. Decisões Finais.....	1080
4. Não se Aplica.....	1080
5. Prosseguimento.....	1081
6. Embargos Declaratórios do Julgamento Ampliado.....	1081
Art. 943	1081
1. Suporte.....	1081
2. Ementa.....	1081
3. Publicação.....	1081
Art. 944	1081
1. Notas.....	1082
Art. 945	1082
1. Julgamento Eletrônico.....	1082
Art. 946	1082
1. Ordem de Julgamento.....	1082

Capítulo III DO INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA

Art. 947	1082
1. Assunção de Competência.....	1083
2. Legitimidade.....	1083
3. Julgamento.....	1083
4. Procedimento.....	1083

Capítulo IV DO INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE

Art. 948	1083
1. Controle de Constitucionalidade.....	1083

2. Controle Difuso	1084
3. Arguição de Inconstitucionalidade	1084
Art. 949	1084
1. Admissão	1084
2. Rejeição	1084
3. Dispensa	1085
Art. 950	1085
1. Procedimento	1085
2. Direito à Manifestação	1085
3. Decisão	1085

Capítulo V DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA

Art. 951	1086
1. Legitimidade	1086
2. Ministério Público	1086
Art. 952	1086
1. Ilegitimidade	1086
2. Incompetência	1086
Art. 953	1086
1. Competência	1087
2. Forma de Instauração	1087
3. Prova	1087
Art. 954	1087
1. Oitiva	1087
Art. 955	1087
1. Suspensão	1088
2. Urgência	1088
3. Decisão Monocrática	1088
Art. 956	1088
1. Apresentação	1088
Art. 957	1088
1. Decisão	1088
2. Validade	1089
3. Recorribilidade	1089
Art. 958	1089
1. Conflito Interno	1089
2. Reprodução Obrigatória	1089
Art. 959	1089
1. Conflito de Atribuições	1089
2. Competência	1090

Capítulo VI
DA HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA
E DA CONCESSÃO DO *EXEQUATUR* À CARTA ROGATÓRIA

Art. 960	1090
1. Homologação.....	1090
2. Direito à Homologação.....	1090
3. Decisão Interlocutória Estrangeira.....	1090
4. Decisão Arbitral Estrangeira.....	1090
Art. 961	1091
1. Eficácia	1091
2. Parcialmente	1091
3. Urgência e Execução Provisória.....	1091
4. Execução Fiscal.....	1091
5. Divórcio Consensual.....	1092
Art. 962	1092
1. Medida de Urgência.....	1092
2. Probabilidade e Urgência.....	1092
3. Validade Expressamente Reconhecida	1092
4. Tutela de Evidência.....	1092
Art. 963	1093
1. Homologação.....	1093
2. <i>Exequatur</i>	1093
3. Procedimento.....	1093
Art. 964	1093
1. Jurisdição Nacional e Jurisdição Estrangeira.....	1093
Art. 965	1094
1. Sentença Estrangeira Dependente de Cumprimento	1094
2. Procedimento.....	1094

Capítulo VII
DA AÇÃO RESCISÓRIA

Art. 966	1094
1. Ação Rescisória.....	1095
2. Ação Rescisória, Ação Anulatória e Querela <i>Nullitatis Insanabilis</i>	1095
3. Decisão de Mérito.....	1096
4. Decisão Impeditiva	1096
5. Cabimento.....	1096
6. Prevaricação, Concussão ou Corrupção	1097
7. Impedimento ou Incompetência	1097
8. Dolo Processual.....	1097
9. Colusão Entre as Partes.....	1097
10. Coisa Julgada	1098
11. Violação Manifesta de Norma Jurídica.....	1098

12. Violação Manifesta de Norma Jurídica em Um Sistema de Precedentes	1098
13. Violação de Precedente por Ausência de Subsunção, Necessidade de Distinção e Ação Rescisória	1099
14. Ônus de Demonstração Analítica da Distinção	1099
15. Prova Falsa	1099
16. Prova Nova	1100
17. Erro de Fato	1100
18. Ação Anulatória	1100
19. Objeto	1100
20. Fundamentos	1101
21. Prazo	1101
22. Competência	1101
23. Procedimento	1101
24. Efeitos	1101
Art. 967	1102
1. Legitimidade Ativa	1102
2. Legitimidade Passiva	1102
Art. 968	1103
1. Petição Inicial	1103
2. <i>Iudicium Rescindens</i> e <i>Iudicium Rescissorium</i>	1103
3. Depósito	1103
4. Dispensa	1104
5. Valor da Causa	1104
6. Indeferimento	1104
7. Improcedência Liminar	1104
8. Recurso	1104
9. Competência	1104
10. Competência e Dever de Auxílio	1105
11. Complementação	1105
Art. 969	1105
1. Não Impede o Cumprimento	1105
2. Tutela Cautelar ou Tutela Antecipada	1105
Art. 970	1106
1. Citação	1106
2. Prazo	1106
3. Resposta	1106
4. Revelia	1106
5. Ônus de Impugnação Específica	1106
6. Procedimento Comum	1106
Art. 971	1106
1. Relator	1107
Art. 972	1107
1. Instrução	1107
2. Devolução dos Autos	1107

Art. 973	1107
1. Razões Finais	1107
2. Ministério Público	1107
3. Julgamento	1107
Art. 974	1108
1. Procedência	1108
2. Inadmissibilidade	1108
3. Improcedência	1108
4. Multa	1108
5. Recursos	1108
Art. 975	1108
1. Direito à Rescisão da Coisa Julgada	1109
2. Trânsito em Julgado	1109
3. Crítica à Tese do Trânsito em Julgado Uno e Único	1109
4. Inadmissibilidade Recursal e Trânsito em Julgado	1111
5. Prova Nova	1111
6. Simulação ou Colusão das Partes	1112

Capítulo VIII

DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS

Art. 976	1112
1. Finalidade do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	1113
2. Multiplicação de Demandas	1113
3. Mesma Questão de Direito	1113
4. Ofensa à Isonomia ou à Segurança Jurídica	1113
5. Causa Pendente de Análise no Tribunal ou em Primeiro Grau	1113
6. Inexistência de Afetação de Recurso Repetitivo sobre a Questão	1114
7. Questão de Direito Material ou Processual	1114
8. Desistência ou Abandono do Processo	1114
9. Custas Processuais	1114
10. Negócios Processuais e IRDR	1114
11. IRDR e <i>Collateral Estoppel</i>	1114
Art. 977	1114
1. Legitimidade	1115
2. Documentos Necessários	1115
3. Prazo	1115
Art. 978	1115
1. Competência	1115
2. Prevenção	1115
Art. 979	1115
1. Publicidade	1116
2. Comunicação Específica aos Legitimados para a Tutela Coletiva	1116

Art. 980	1116
1. Prazo de Julgamento e Preferência.....	1116
Art. 981	1116
1. Juízo de Admissibilidade.....	1116
Art. 982	1117
1. Suspensão dos Processos	1117
2. Exclusão do Regime de Suspensão	1117
3. Requisição de Informações.....	1117
4. Intervenção do Ministério Público	1118
5. Pedido de Tutela de Urgência	1118
6. Ampliação do Efeito Suspensivo do Incidente.....	1118
7. Modulação do Efeito Suspensivo	1118
Art. 983	1118
1. Instrução do Incidente	1118
2. Preservação do Contraditório.....	1119
Art. 984	1119
1. Etapas do Julgamento do Incidente	1119
2. Abrangência do Conteúdo do Julgamento.....	1119
Art. 985	1119
1. Obrigatoriedade de Observância da Decisão.....	1120
2. Reclamação.....	1120
3. Reclamação para Tribunais Superiores e Esgotamento das Instâncias Ordinárias	1120
4. Comunicação à Agência Reguladora	1120
Art. 986	1120
1. Revisão da Tese	1120
2. Outros Legitimados para a Revisão	1120
Art. 987	1121
1. Cabimento de Recurso Especial e Extraordinário.....	1121
2. Presunção de Repercussão Geral	1121
3. Abrangência da Decisão do Tribunal Superior.....	1121
4. Efeito Suspensivo.....	1122
5. Reclamação.....	1122

Capítulo IX DA RECLAMAÇÃO

Art. 988	1122
1. Reclamação.....	1123
2. Cabimento	1123
3. Cognição <i>Secundum Eventum Probationis</i>	1124
4. Autonomia.....	1124
5. Competência.....	1124
6. Esgotamento das Instâncias Ordinárias.....	1124

Art. 989	1125
1. Relator	1125
2. Contestação	1125
Art. 990	1125
1. Impugnação	1125
2. Contraditório	1125
Art. 991	1125
1. Ministério Público	1125
Art. 992	1126
1. Competência	1126
2. Autoridade	1126
3. Medida Adequada	1126
Art. 993	1126
1. Imediato Cumprimento	1126

TÍTULO II DOS RECURSOS

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Recurso	1127
2. Sucedâneos Recursais	1127
3. Duplo Grau de Jurisdição	1127
4. Taxatividade	1127
5. Unirrecorribilidade	1127
6. Fungibilidade	1127
7. Consumação	1128
8. Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito	1128
9. Juízo de Admissibilidade, Colaboração e Unidade do Direito	1129
10. Requisitos Intrínsecos	1129
11. Cabimento	1129
12. Interesse Recursal	1129
13. Legitimidade	1130
14. Inexistência de Fato Extintivo	1130
15. Requisitos Extrínsecos	1130
16. Tempestividade	1130
17. Regularidade Formal	1130
18. Regularidade Formal, Enfrentamento das Razões e Ônus de Alegação Específica. Comunidade Argumentativa de Trabalho	1130
19. Inexistência de Fato Impeditivo	1131
20. Preparo	1131
21. Efeitos	1131
22. Devolutivo	1131
23. Translativo	1131
24. Suspensivo	1132

25. Expansivo	1132
26. Obstativo	1132
27. Substitutivo.....	1132
Art. 994	1132
1. Taxatividade.....	1133
Art. 995	1133
1. Não Impedem a Eficácia da Decisão	1133
2. Disposição Legal.....	1133
3. Decisão Judicial.....	1133
4. Suspensão da Decisão Recorrida	1134
Art. 996	1134
1. Parte Vencida	1134
2. Terceiro Prejudicado	1134
3. Pessoas Jurídicas de Direito Público	1135
4. Ministério Público	1135
Art. 997	1136
1. Recurso	1136
2. Recurso Adesivo.....	1136
3. Admissibilidade	1136
4. Subordinação	1136
5. Taxatividade.....	1137
6. Interposição	1137
7. Mesmas Regras	1137
Art. 998	1137
1. Desistência.....	1137
2. Litisconsórcio	1138
3. Precedentes	1138
Art. 999	1138
1. Renúncia.....	1138
2. Litisconsórcio	1138
Art. 1.000	1139
1. Aceitação	1139
2. Expressa ou Tácita.....	1139
3. Depósito do Valor da Condenação e Multa	1139
4. Litisconsórcio	1139
Art. 1.001	1139
1. Irrecorribilidade	1139
2. Casuística.....	1140
Art. 1.002	1140
1. No Todo ou em Parte	1140
Art. 1.003	1140
1. Fluência e Contagem	1141

2. Antes da Citação	1141
3. Protocolo	1141
4. Correio.....	1141
5. Prazo.....	1141
6. Feriado Local.....	1141
7. Precedente do STJ sobre a Comprovação de Feriado Local	1142
Art. 1.004	1142
1. Interrupção de Prazo.....	1142
Art. 1.005	1142
1. Litisconsórcio Unitário	1142
2. Solidariedade	1143
Art. 1.006	1143
1. Baixa dos Autos.....	1143
Art. 1.007	1143
1. Preparo.....	1144
2. Dispensa	1144
3. Deserção	1144
Art. 1.008	1145
1. No que Tiver Sido Objeto	1145

Capítulo II DA APELAÇÃO

Art. 1.009	1145
1. Cabimento	1145
2. Regra da Decisão Final.....	1146
3. Fundamentos	1146
Art. 1.010	1146
1. Forma	1147
2. Independentemente de Juízo de Admissibilidade	1147
Art. 1.011	1147
1. Relator	1147
2. Decisão Monocrática	1147
3. Voto	1147
Art. 1.012	1148
1. Efeito Suspensivo.....	1148
2. Cumprimento Imediato	1148
3. Alimentos	1149
4. Embargos à Execução	1149
5. Tutela Provisória	1149
6. Efeito Suspensivo <i>Ope Judicis</i>	1149
Art. 1.013	1150
1. Efeito Devolutivo.....	1150

2. Efeito Translativo.....	1150
3. Causa Madura.....	1151
4. Tutela Provisória.....	1151
Art. 1.014	1151
1. Questões de Fato.....	1151
2. Prova Nova.....	1151

Capítulo III DO AGRAVO DE INSTRUMENTO

Art. 1.015	1152
1. Cabimento	1152
2. Rol Taxativo	1152
3. Também Caberá.....	1153
4. Demais Casos	1153
Art. 1.016	1153
1. Forma	1154
Art. 1.017	1154
1. Instrumento	1154
2. Obrigatórias.....	1155
3. Facultativas	1155
4. Obrigatórias, Facultativas e Colaboração.....	1155
5. Preparo.....	1155
6. Interposição	1155
7. Processo Eletrônico.....	1155
Art. 1.018	1155
1. Juntada.....	1156
2. Inadmissibilidade	1156
Art. 1.019	1156
1. Decisão Monocrática	1156
2. Efeito Suspensivo.....	1157
3. Antecipação da Tutela Recursal.....	1157
4. Resposta.....	1157
5. Ministério Público	1157
6. Decisão do Relator	1157
Art. 1.020	1158
1. Julgamento.....	1158

Capítulo IV DO AGRAVO INTERNO

Art. 1.021	1158
1. Cabimento Decisão Relator	1158
2. Cabimento Decisão Presidente ou Vice.....	1159
3. Impugnação Específica	1159

4. Reprodução dos Fundamentos	1160
5. Procedimento.....	1160
6. Decisão de Única ou Última Instância.....	1160
7. Julgamento.....	1161
8. Multa	1161

Capítulo V DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Art. 1.022	1161
1. Cabimento	1162
2. Obscuridade.....	1162
3. Contradição	1162
4. Omissão	1162
5. Erro Material	1163
6. Embargos de Declaração e Agravo Interno	1163
Art. 1.023	1163
1. Prazo.....	1163
2. Petição Escrita	1163
3. Juiz.....	1164
4. Preparo.....	1164
5. Embargos de Declaração com Efeitos Infringentes	1164
6. Contrarrazões	1164
Art. 1.024	1164
1. Julgamento.....	1165
2. Conversão	1165
3. Complementação.....	1165
4. Desnecessidade de Ratificação	1165
Art. 1.025	1166
1. Prequestionamento	1166
Art. 1.026	1166
1. Não Têm Efeito Suspensivo	1166
2. Outorga de Efeito Suspensivo.....	1167
3. Interrupção de Prazo.....	1167
4. Manifestamente Protelatórios.....	1167
5. Depósito	1168
6. Revisão do Valor da Multa por Embargos Protelatórios	1168

Capítulo VI DOS RECURSOS PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E PARA O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

1. Recursos para o STF e para o STJ.....	1168
--	------

Seção I Do Recurso Ordinário

Art. 1.027	1169
1. Recurso Ordinário	1169

2. Recurso Ordinário para o STF	1169
3. Recurso Ordinário para o STJ	1170
4. Agravo de Instrumento	1170
5. Causa Madura.....	1170
6. Tutela Provisória	1171
Art. 1.028	1171
1. Admissibilidade, Procedimento e Efeitos	1171
2. Interposição	1171
3. Processamento no STF e no STJ	1171

Seção II

Do Recurso Extraordinário e do Recurso Especial

1. O STF e o STJ como Cortes Supremas	1171
2. Recurso Extraordinário e Recurso Especial	1173
3. Causa Constitucional e Causa Federal.....	1173
4. Prequestionamento e Embargos de Declaração	1174
5. Única ou Última Instância.....	1174
6. Cabimento Recurso Extraordinário	1175
7. Cabimento Recurso Especial	1175
8. Recurso Extraordinário, Recurso Especial e Direito Probatório	1176
9. Recurso Extraordinário, Recurso Especial e Juizados Especiais	1176
10. Efeito Translativo e Recursos Extraordinários.....	1176

Subseção I

Disposições Gerais

Art. 1.029	1176
1. Cabimento	1177
2. Fatos do Caso.....	1177
3. Interpretação de Cláusulas Negociais	1178
4. Razões.....	1178
5. Exposição Analítica	1178
6. Dissídio Jurisprudencial	1179
7. Divergência e Orientação Firmada.....	1180
8. Prova da Divergência.....	1180
9. Fundamento Genérico	1180
10. Desconsideração Vício Formal.....	1180
11. Suspensão em Todo o Território Nacional	1181
12. Tutela Provisória	1181
Art. 1.030	1182
1. Contrarrazões	1182
2. Juízo de Admissibilidade	1182
3. Negar Seguimento. Inadmissibilidade	1183
4. Instrumentos Tópicos para Distinção. Agravo Interno, Agravo em RE e Agravo em REsp	1183
5. Instrumento Heterotópico para Distinção. Ação Rescisória	1184
6. Retratação	1184

7. Sobrestamento	1184
8. Seleção	1185
9. Admissão e Remessa	1185
10. Inadmissão, Agravo em RE e Agravo em REsp	1185
Art. 1.031	1185
1. Interposição Simultânea.....	1185
2. Inversão da Ordem.....	1186
Art. 1.032	1186
1. Livre Trânsito.....	1186
2. Dever de Prevenção.....	1186
Art. 1.033	1187
1. Livre Trânsito.....	1187
2. Dever de Prevenção.....	1187
Art. 1.034	1187
1. Aplicando o Direito à Espécie	1188
2. Efeito Devolutivo e Efeito Translativo	1188
Art. 1.035	1188
1. Repercussão Geral.....	1189
2. Relevância e Transcendência	1190
3. Repercussão Geral e Julgamento de Casos Repetitivos	1190
4. Causas com Repercussão Geral	1191
5. Causas sem Repercussão Geral.....	1191
6. Competência.....	1191
7. <i>Amicus Curiae</i>	1191
8. Quórum	1192
9. Momento.....	1192
10. Deliberação Eletrônica.....	1192
11. Suspensão	1192
12. Suspensão, Execução e Coisa Julgada	1192
13. Recurso Equivocadamente Sobrestado.....	1192
14. Recurso Inutilmente Sobrestado	1193
15. Não Reconhecimento.....	1193
16. Reconhecimento	1193
17. Aplicação do Precedente para Inadmissibilidade Recursal	1193
18. Súmula.....	1194

Subseção II

Do Julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos

1. Julgamento em Bloco	1194
2. Cinco Estágios	1194
Art. 1.036	1194
1. Aferição	1195
Art. 1.037	1195
1. Afetação.....	1196
2. Suspensão, Execução e Coisa Julgada	1196

3. Distinção	1197
Art. 1.038	1197
1. Instrução	1197
2. Decisão	1198
3. Decisão sobre Questão Não Delimitada	1198
Art. 1.039	1198
1. Irradiação	1198
Art. 1.040	1199
1. Publicação	1199
2. Desistência	1199
Art. 1.041	1199
1. Fidelidade	1200

Seção III

Do Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário

Art. 1.042	1200
1. Cabimento	1201
2. Prazo	1202
3. Razões	1202
4. Contrarrazões	1202
5. Julgamento Conjunto	1202
6. Interposição Conjunta	1202

Seção IV

Dos Embargos de Divergência

Art. 1.043	1203
1. Cabimento	1203
2. Embargos de Divergência e Decisão Monocrática	1204
3. Divergência	1204
4. Razões	1204
5. Fundamento Genérico	1205
Art. 1.044	1205
1. Julgamento	1205

LIVRO COMPLEMENTAR

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 1.045	1207
1. <i>Vacatio Legis</i>	1207
Art. 1.046	1207
1. Direito Intertemporal	1207
2. Efeito Imediato e Efeito Retroativo	1207
3. Isolamento dos Atos Processuais	1208

4. Aplicação do Código de Processo Civil de 1973	1208
Art. 1.047	1208
1. Direito Intertemporal e Direito Probatório	1209
Art. 1.048	1209
1. Idoso	1209
2. Criança e Tratamento Prioritário	1209
3. Pessoa com Deficiência	1210
4. Requerimento	1210
5. Não Cessação	1210
Art. 1.049	1210
1. Procedimento Comum	1210
Art. 1.050	1210
1. Cadastro da Administração Pública em Sistema Eletrônico	1210
Art. 1.051	1210
1. Cadastro de Empresas Públicas e Privadas em Sistema Eletrônico	1211
2. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	1211
Art. 1.052	1211
1. Execução contra Devedor Insolvente	1211
Art. 1.053	1211
1. Atos Processuais Eletrônicos	1211
Art. 1.054	1211
1. Coisa Julgada e Questão Prejudicial	1212
Art. 1.055	1212
Art. 1.056	1212
1. Termo Inicial da Prescrição Intercorrente	1212
2. Prescrição Intercorrente e Execução Fiscal	1212
Art. 1.057	1212
1. Impugnação, Controle de Constitucionalidade e Direito Intertemporal	1212
2. Inconstitucionalidade	1212
Art. 1.058	1213
1. Recolhimento de Dinheiro	1213
Art. 1.059	1213
1. Tutela Provisória e Fazenda Pública	1213
2. Esgotamento do Objeto da Ação	1213
3. Ponderação	1214
Art. 1.060	1214
1. Custas na Justiça Federal	1214
Art. 1.061	1214
1. Nulidade da Sentença Arbitral	1214
Art. 1.062	1215
1. Desconsideração de Personalidade Jurídica e Juizados Especiais	1215
Art. 1.063	1215
1. Competência Material dos Juizados Especiais Cíveis	1215

Art. 1.064	1215
1. Embargos de Declaração e Juizados Especiais	1215
Art. 1.065	1215
1. Interrupção do Prazo Recursal pela Interposição de Embargos Declaratórios nos Juizados Especiais	1215
Art. 1.066	1216
1. Embargos Declaratórios Criminais e Juizados Especiais	1216
Art. 1.067	1216
1. Embargos de Declaração e Justiça Eleitoral	1216
Art. 1.068	1217
1. Credores Solidários e Extensão do Julgamento	1217
2. Anulação de Partilha	1217
Art. 1.069	1217
1. Avaliação da Efetividade do Código	1217
Art. 1.070	1217
1. Prazo de Agravo Regimental	1217
Art. 1.071	1218
1. Usucapião Extrajudicial	1219
2. Intimação do Poder Público	1219
3. Intimação de Terceiros	1219
4. Procedimento	1219
Art. 1.072	1219
1. Decreto-Lei 25/37	1220
2. Código Civil	1220
3. Assistência Judiciária Gratuita	1220
4. Lei 8.038/1990	1220
5. Lei de Alimentos	1220
6. Lei de Infrações contra a Ordem Econômica	1220
SÚMULAS	1221
Justificativa da Inserção	1221
Supremo Tribunal Federal	1223
– Por Assunto	1223
– Por Ordem Numérica	1248
– Vinculantes por Ordem Numérica	1282
Superior Tribunal de Justiça	1285
– Por Assunto	1285
– Por Ordem Numérica	1379
Teses de Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal sobre Processo Civil	1409
Temas de Recursos Repetitivos do Superior Tribunal de Justiça sobre Processo Civil	1423